

O imperialismo, etapa superior do capitalismo

Vladimir Ilitch Lenine

1916

Fonte: [The Marxists Internet Archive](#)

O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo

A brochura que apresentamos ao leitor foi escrita por mim em Zurique durante a Primavera de 1916. Dadas as condições em que ali tinha de trabalhar, deparei naturalmente com certa insuficiência de materiais franceses e ingleses e com uma grande carência de materiais russos. Contudo, utilizei a obra inglesa mais importante sobre o imperialismo, o livro de J. A. Hobson, corri a atenção que em meu entender merece.

A brochura foi escrita tendo em conta a censura czarista. Por isso, não só me vi forçado a limitar-me estritamente a uma análise exclusivamente teórica - sobretudo econômica - como também tive de formular as indispensáveis e pouco numerosas observações políticas com a maior prudência, servindo-me de alusões, na língua de Esopo, nessa maldita língua que o tsarismo obrigava todos os revolucionários a utilizar quando pegavam na pena para escrever alguma coisa destinada a publicações de tipo "legal".

É doloroso reler agora, nos dias de liberdade, as passagens da brochura mutiladas, comprimidas, apertadas num torno de ferro, com receio da censura czarista. Para dizer que o imperialismo é a véspera da revolução socialista, que o social-chauvinismo (socialismo de palavra e chauvinismo de fato) é uma completa traição ao socialismo, a completa passagem para o lado da burguesia, que essa cisão do movimento operário está relacionada com as condições objetivas do imperialismo, etc., vi-me obrigado a recorrer a uma linguagem "servil", e por isso devo remeter os leitores que se interessem pelo problema para a coleção dos artigos que publiquei no estrangeiro entre 1914 e 1917, os quais serão em breve reeditados. Vale a pena, em particular, assinalar uma passagem das pp. 119-120 ([1](#)): para fazer compreender ao leitor, de maneira a ser aceite pela censura, a forma indecorosa de mentir que têm os capitalistas e os sociais-chauvinistas que se passaram para o lado

daqueles (os quais Kautsky combate com tanta inconseqüência) no que se refere às anexações, o descaramento com que encobrem as anexações dos seus capitalistas, vi-me obrigado a citar o exemplo ... do Japão! O leitor atento substituirá facilmente o Japão pela Rússia, e a Coreia pela Finlândia, Polônia, Curlândia, Ucrânia, Khivá, Bukhará, Estlândia e outros territórios não povoados por grão-russos.

Atrevo-me a acalantar a esperança de que a minha brochura ajudará à compreensão de um problema econômico fundamental, sem cujo estudo é impossível compreender seja o que for e formar um juízo sobre a guerra e a política atuais: refiro-me ao problema da essência econômica do imperialismo.

O Autor

Petrogrado, 26 de Abril de 1917.

(1) Ver o presente tomo , p. 666.(N. Ed.) ([retornar ao texto](#))

Prefácios às Edições Francesa e Alemã

Este livrinho, como se disse no prefácio da edição russa, foi escrito em 1916 tendo em conta a censura czarista. Atualmente é-me impossível refazer todo o texto, trabalho que, de resto, talvez fosse inútil, visto o principal objetivo do livro, hoje como ontem, consistir em mostrar, com a ajuda dos dados gerais, irrefutáveis, da estatística burguesa e das declarações dos homens de ciência burgueses de todos os países, um quadro de conjunto da economia mundial capitalista nas suas relações internacionais, nos princípios do século XX, em vésperas da primeira guerra imperialista mundial.

Até certo ponto será mesmo útil a muitos comunistas dos países capitalistas avançados persuadirem-se, com o exemplo deste livrinho, legal do ponto de vista da censura czarista, de que é possível - e necessário - aproveitar mesmo os pequenos vestígios de legalidade que ainda lhes restam, por exemplo na América atual ou em França, depois das recentes prisões de quase todos os comunistas, para demonstrar toda a falsidade das concepções sociais-pacifistas e das suas esperanças numa - democracia mundial. Tentarei dar neste prefácio os complementos mais indispensáveis a este livro que em tempos passou pela censura.

II

No livrinho prova-se que a guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem e de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colônias, das esferas de influência, do capital financeiro, etc.

É que a prova do verdadeiro carácter social ou, melhor dizendo, do verdadeiro carácter de classe de uma guerra não se encontrará, naturalmente, na sua história diplomática, mas na

análise da situação objetiva das classes dirigentes em todas as potências beligerantes. Para refletir essa situação objetiva há que colher não exemplos e dados isolados (dada a infinita complexidade dos fenômenos da vida social, podem-se encontrar sempre os exemplos ou dados isolados que se queira susceptíveis de confirmar qualquer tese), mas sim, obrigatoriamente, todo o conjunto dos dados sobre os fundamentos da vida econômica de todas as potências beligerantes e do mundo inteiro.

São precisamente dados sumários desse gênero, que não podem ser refutados, que utilizo ao descrever a maneira como o mundo estava repartido em 1876 e em 1914 (cap. VI) e a partilha dos caminhos-de-ferro em todo o globo em 1890 e em 1913 (cap. VII). Os caminhos-de-ferro constituem o balanço dos ramos mais importantes da indústria capitalista, da indústria hulheira e siderúrgica; o balanço e o índice mais evidente do desenvolvimento do comércio mundial e da civilização democrático-burguesa. Nos capítulos anteriores mostramos a ligação dos caminhos-de-ferro com a grande produção, com os monopólios, os sindicatos patronais, os cartéis, os trusts, os bancos, a oligarquia financeira.

A distribuição da rede ferroviária, a desigualdade dessa distribuição e do seu desenvolvimento, constituem um balanço do capitalismo moderno, monopolista, à escala mundial. E este balanço demonstra que, com esta base econômica, as guerras imperialistas são absolutamente inevitáveis enquanto subsistir a propriedade privada dos meios de produção.

A construção de caminhos-de-ferro é aparentemente um empreendimento simples, natural, democrático, cultural, civilizador: assim a apresentam os professores burgueses, pagos para embelezar a escravidão capitalista, e os filisteus pequeno-burgueses. Na realidade, os múltiplos laços capitalistas, mediante os quais esses empreendimentos se encontram ligados à propriedade privada dos meios de produção em geral, transformaram essa construção num instrumento para oprimir mil milhões de pessoas (nas colônias e semicolônias), quer dizer, mais de metade da população da Terra nos países dependentes e os escravos assalariados do capital nos países “civilizados”.

A propriedade privada baseada no trabalho do pequeno patrão, a livre concorrência, a democracia, todas essas palavras de ordem por meio das quais os capitalistas e a sua imprensa enganam os operários e os camponeses, pertencem a um passado distante. O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países “avançados”. A partilha desse “saque” efetua-se entre duas ou três potências rapaces, armadas até aos dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque.

III

A paz de Brest-Litovsk³¹⁴, ditada pela Alemanha monárquica, e depois a paz, muito mais brutal e infame, de Versalhes³⁵⁵, ditada pelas repúblicas “democráticas” da América e da França e pela “livre” Inglaterra, prestaram um serviço extremamente útil à humanidade, desmascarando os coolies da pena a soldo do imperialismo do mesmo modo que os filisteus

reacionários que, embora dizendo-se pacifistas e socialistas, entoavam louvores ao “wilsonismo”³⁵⁶ e procuravam mostrar que a paz e as reformas são possíveis sob o imperialismo.

Dezenas de milhões de cadáveres e de mutilados, vítimas da guerra - essa guerra feita para decidir que grupo de bandoleiros financeiros, o inglês ou o alemão, devia receber uma maior parte do saque -, e depois estes dois “tratados de paz”, abrem os olhos, com uma rapidez até agora desconhecida, a milhões e dezenas de milhões de homens atemorizados, oprimidos, iludidos e enganados pela burguesia. Em consequência da ruína mundial, fruto da guerra, cresce, pois, a crise revolucionária mundial, que, por mais longas e duras que sejam as vicissitudes que a atravessa, não poderá terminar senão com a revolução proletária e a sua vitória.

O Manifesto de Basiléia da II Internacional (o referido manifesto não está incluído na presente edição - mia Ed.), que em 1912 fez uma caracterização precisamente da guerra que havia de ter início em 1914, e não da guerra em geral (nem todas as guerras são iguais, existem também guerras revolucionárias), ficou como um monumento que denuncia toda a vergonhosa bancarrota, toda a apostasia dos heróis da II Internacional.

Por isso incluo esse Manifesto como apêndice à presente edição, chamando mais uma vez a atenção dos leitores para o fato de que os heróis da II Internacional escamoteiam todas as passagens do Manifesto que falam com precisão, de maneira clara e direta, da relação entre esta precisa guerra que se avizinhava e a revolução proletária, com o mesmo empenho de que dá provas um ladrão ao evitar o lugar onde cometeu o roubo.

IV

Prestamos nesta brochura uma especial atenção à crítica do “kautskismo”, essa corrente ideológica internacional que em todos os países do mundo era representada pelos “teóricos mais eminentes”, chefes da II Internacional (Otto Bauer e C.^a na Áustria, Ramsay MacDonald e outros na Inglaterra, Albert Thomas em França, etc., etc.) e um número infinito de socialistas, de reformistas, de pacifistas, de democratas burgueses e de clérigos.

Essa corrente ideológica é, por um lado, o produto da decomposição, da putrefação, da II Internacional, e, por outro, o fruto inevitável da ideologia dos pequenos burgueses, que todo o ambiente mantém prisioneiros dos preconceitos burgueses e democráticos.

Em Kautsky e em toda gente do seu gênero, tais concepções são precisamente a abjuração completa dos fundamentos revolucionário do marxismo que esse autor defendeu durante dezenas de anos, sobretudo, diga-se de passagem, em luta contra o oportunismo socialista (de Bernstein, Millerand, Hyndman, Gompers, etc.). Por isso não é obra do acaso que os “kautskistas” de todo o mundo se tenha unido hoje, no terreno da política prática, aos oportunistas extremos (através da II Internacional, ou Internacional. amarela³⁵⁷) e aos governos burgueses (através dos governos de coligação burgueses com participação de socialistas).

O movimento proletário revolucionário em geral e o movimento comunista em particular, que crescem em todo o mundo, não podem dispensar a análise e o desmascaramento dos erros teóricos do “kautskismo”. Isto é tanto mais necessário quanto o pacifismo e a “democracia” em geral - que não têm as mínimas pretensões de marxismo, mas que, exatamente como Kautsky e C.^a, dissimulam a profundidade das contradições do imperialismo e a inelutabilidade da crise revolucionária que este engendra - são correntes que ainda se encontram extraordinariamente espalhadas em todo o mundo. A luta contra tais tendências é obrigatória para o partido do proletariado, que deve arrancar à burguesia os pequenos proprietários que ela engana e os milhões de trabalhadores cujas condições de vida são mais ou menos pequeno-burguesas.

V

É necessário dizer algumas palavras a propósito do capítulo VIII: “O Parasitismo e a Decomposição do Capitalismo”. Como já dissemos no livro, Hilferding, antigo “marxista”, atualmente companheiro de armas de Kautsky e um dos principais representantes da política burguesa, reformista, no seio do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha³⁵⁸, deu neste ponto um passo atrás relativamente ao inglês Hobson, pacifista e reformista declarado. A cisão internacional de todo o movimento operário mostra-se agora com inteira nitidez (II e III Internacionais). A luta armada e a guerra civil entre as duas tendências é também um fato evidente: na Rússia, apoio a Koltchak e Deníkine pelos mencheviques e pelos “socialistas-revolucionários” contra os bolcheviques; na Alemanha, os partidários de Scheidemann, Noske e C.^a ao lado da burguesia contra os spartakistas³⁵⁹; e o mesmo na Finlândia, na Polônia, na Hungria, etc. Onde está a base econômica deste fenômeno histórico universal?

Encontra-se precisamente no parasitismo e na decomposição do capitalismo, inerentes à sua fase histórica superior, quer dizer, ao Imperialismo. Como demonstramos neste livrinho, o capitalismo deu agora uma situação privilegiada a um punhado (menos da décima parte da população da Terra, ou, calculando de um modo muito “generoso” e muito acima, menos de um quinto) de países particularmente ricos e poderosos que, com o simples “corte de cupões”, saqueiam todo o mundo. A exportação de capitais dá rendimentos de oito a dez mil milhões de francos por ano, de acordo com os preços de antes da guerra e segundo as estatísticas burguesas de então. Naturalmente, agora são muito maiores.

É evidente que tão gigantesco superlucro (visto ser obtido para além do lucro que os capitalistas extraem aos operários do seu “próprio” país) permite subornar os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária. Os capitalistas dos países “avançados”, subornam-nos efetivamente, e fazem-no de mil e uma maneiras, diretas e indiretas, abertas e ocultas.

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequenos burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal apoio da II Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe dos capitalistas (labor lieutenants of the capitalist class), verdadeiros veículos do reformismo e

do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos “versalheses” contra os “communards”³⁶⁰.

Sem ter compreendido as raízes econômicas desse fenômeno, sem ter conseguido ver a sua importância política e social, é impossível dar o menor passo para o cumprimento das tarefas práticas do movimento comunista e da revolução social que se avizinha.

O imperialismo é a véspera da revolução social do proletariado. Isto foi confirmado à escala mundial desde 1917.

N. Lénine

6 de julho de 1920

Durante os últimos quinze ou vinte anos, sobretudo depois das guerras hispano-americana (1898) e anglo-boer (1899-1902), as publicações econômicas, bem como as políticas, do Velho e do Novo Mundo utilizam cada vez mais o conceito de “imperialismo” para caracterizar a época que atravessamos. Em 1902, apareceu em Londres e Nova Iorque a obra do economista inglês J.A. Hobson O Imperialismo. O autor, que defende o ponto de vista do social-reformismo e do pacifismo burgueses - ponto de vista que coincide, no fundo, com a posição atual do ex-marxista K. Kautsky - faz uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas fundamentais do imperialismo. Em 1910, publicou-se em Viena a obra do marxista austríaco Rudolf Hilferding O Capital Financeiro (tradução russa: Moscovo, 1912). Apesar do erro do autor quanto à teoria do dinheiro e de certa tendência para conciliar o marxismo com o oportunismo, a obra mencionada constitui uma análise teórica extremamente valiosa da “fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo” (tal é o subtítulo do livro de Hilferding). No fundo, o que se disse acerca do imperialismo durante estes últimos anos - sobretudo no imenso número de artigos publicados em jornais e revistas, assim como nas resoluções tomadas, por exemplo, nos Congressos de Chemnitz³⁶¹ e de Basiléia que se realizaram no Outono de 1912 -.nunca saiu do círculo das idéias expostas, ou, melhor dizendo, resumidas, nos dois trabalhos mencionados.

Nas páginas que seguem procuraremos expor sumariamente, da forma mais popular possível, os laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo. Não nos deteremos, por muito que ele o mereça, no aspecto não econômico do problema. Quanto às referências bibliográficas e outras notas que nem a todos os leitores interessariam, dá-las-emos no final da brochura.

I - A Concentração da Produção e os Monopólios

O enorme incremento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo. Os censos industriais modernos fornecem os dados mais completos e exatos sobre o processo.

Na Alemanha, por exemplo, em cada 1000 empresas industriais, em 1882, 3 eram grandes empresas, quer dizer, empregavam mais de 50 operários assalariados; em 1895 eram 6, e 9 em 1907. De cada 100 operários correspondiam-lhes, respectivamente, 22, 30 e 37. Mas a concentração da produção é muito mais intensa do que a dos operários, pois o trabalho nas grandes empresas é muito mais produtivo, como indicam os dados relativos às máquinas a vapor e aos motores elétricos. Se considerarmos aquilo a que na Alemanha se chama indústria no sentido lato desta palavra, quer dizer, incluindo o comércio, as vias de comunicação, etc., obteremos o seguinte quadro: grandes empresas, 30.588 num total de 3.265.623, isto é, apenas 0,9 %. Nelas estão empregados 5.700.000 operários, num total de 14.400.000, isto é, 39,4 %; cavalos-vapor, 6.600.000 para um total de 8.800.000, ou seja, 75,3 %; energia elétrica, 1.200.000 quilowatts para um total de 1.500.000, ou seja, 77,2 %.

Menos da centésima parte das empresas tem mais de 3/4 da quantidade total da força motriz a vapor e elétrica! Aos 2.970.000 pequenos estabelecimentos (até 5 operários assalariados), que constituem 91% de todas as empresas, correspondem unicamente 7% da energia elétrica e a vapor! Algumas dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, os milhões de pequenas empresas não são nada.

Em 1907 havia na Alemanha 586 estabelecimentos com 1.000 ou mais operários. Esses estabelecimentos empregavam quase a décima parte (1.380.000) do número total de operários e quase um terço (32 %) do total de energia elétrica e a vapor⁽¹⁾. O capital-dinheiro e os bancos, como veremos, tornam ainda mais esmagador esse predomínio de um punhado de grandes empresas, e dizemos esmagador no sentido mais literal da palavra, isto é, milhões de pequenos, médios, e até uma parte dos grandes “patrões”, encontram-se de fato completamente submetidos a umas poucas centenas de financeiros milionários.

Noutro país avançado do capitalismo contemporâneo, os Estados Unidos da América do Norte, o aumento da concentração da produção é ainda mais intenso. Neste país, a estatística considera à parte a indústria, na acepção estrita da palavra, e agrupa os estabelecimentos de acordo com o valor da produção anual. Em 1904, havia 1900 grandes empresas (num total de 216.180, isto é, 0,9 %), com uma produção de um milhão de dólares e mais; estas empresas empregavam 1.400.000 operários (num total de 5.500.000, ou seja, 25,6 %), e o valor da produção ascendia a 5.600 milhões (em 14.800 milhões, ou seja, 38%). Cinco anos depois, em 1909, os números correspondentes eram: 3.060 empresas (num total de 268.491, isto é, 1,1%) com 2 milhões de operários (num total de 6.600.000, isto é, 30,5%) e 9.000 milhões de produção anual (em 20.700 milhões, isto é, 43,8%)⁽²⁾.

Quase metade da produção global de todas as empresas do país nas mãos de uma centésima parte do total das empresas! E essas 3.000 empresas gigantescas abarcam 258 ramos da

indústria. Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes - para não dizer o mais importante - da economia do capitalismo dos últimos tempos. É necessário, portanto, que nos detenhamos e a estudemos mais em pormenor. Mas antes disso devemos eliminar um equívoco possível.

A estatística americana indica: 3.000 empresas gigantes em 250 ramos industriais. Parece que correspondem apenas 12 grandes empresas a cada ramo da produção.

Mas não é assim. Nem em todos os ramos da indústria existem grandes empresas; por outro lado, uma particularidade extremamente importante do capitalismo chegado ao seu mais alto grau de desenvolvimento é a chamada combinação, ou seja, a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, que ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima (por exemplo, a fundição do minério de ferro, a transformação do ferro fundido em aço e, em certos casos, a produção de determinados artigos de aço) ou desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (por exemplo, a utilização dos resíduos ou dos produtos secundários, a produção de embalagens, etc.).

“A combinação - diz Hilferding - nivela as diferenças de conjuntura e garante, portanto, à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar, a combinação conduz à eliminação do comércio. Em terceiro lugar, permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas 'simples' (isto é, não combinadas). Em quarto lugar, fortalece a posição da empresa combinada relativamente à 'simples', reforça-a na luta de concorrência durante as fortes depressões (dificuldade nos negócios, crise), quando os preços das matérias-primas descem menos do que os preços dos artigos manufaturados.” [\(3\)](#)

O economista burguês alemão Heymann, que consagrou uma obra às empresas “mistas”, ou seja, combinadas, na indústria siderúrgica alemã, diz: “As empresas simples perecem, esmagadas pelo preço elevado das matérias-primas e pelo baixo preço dos artigos manufaturados.” Daí, resulta o seguinte:

“Por um lado, ficaram as grandes companhias hulheiras com uma extração de carvão que se cifra em vários milhões de toneladas, solidamente organizadas no seu sindicato hulheiro; seguidamente, estreitamente ligadas a elas, as grandes fundições de aço com o seu sindicato. Estas empresas gigantescas, com uma produção de aço de 400.000 toneladas por ano, com uma extração enorme de minério de ferro e de hulha, com a sua produção de artigos de aço, com 10.000 operários alojados nos barracões dos bairros operários, que contam por vezes com caminhos-de-ferro e portos próprios, são os representantes típicos da indústria siderúrgica alemã. E a concentração continua avançando sem cessar. As diferentes empresas vão aumentando de importância cada dia; cada vez é maior o número de estabelecimentos de um ou vários ramos da indústria que se agrupam em empresas gigantescas, apoiadas e dirigidas por meia dúzia de grandes bancos berlinenses. No que se

refere à indústria mineira alemã, foi demonstrada a exatidão da doutrina de Karl Marx sobre a concentração; é verdade que isto se refere a um país no qual a indústria se encontra defendida por direitos alfandegários protecionistas e pelas tarifas de transporte. A indústria mineira da Alemanha está madura para a expropriação.” [\(4\)](#)

Tal é a conclusão a que teve de chegar um economista burguês consciencioso, o que é uma exceção. Há que observar que considera a Alemanha como um caso especial, em consequência da proteção da sua indústria por elevadas tarifas alfandegárias. Mas esta circunstância não fez mais do que acelerar a concentração e a constituição de associações monopolistas patronais, cartéis, sindicatos, etc. É de extraordinária importância notar que no país do livre câmbio, a Inglaterra, a concentração conduz também ao monopólio, ainda que um pouco mais tarde e talvez com outra forma. Eis o que escreve o Prof. Hermann Levy, em Monopólios, Cartéis e Trusts, estudo especial feito com base nos dados relativos ao desenvolvimento econômico da Grã-Bretanha:

“Na Grã-Bretanha são precisamente as grandes proporções das empresas e o seu elevado nível técnico que trazem consigo a tendência para o monopólio. Por um lado, a concentração determinou o emprego de enormes capitais nas empresas; por isso, as novas empresas encontram-se perante exigências cada vez mais elevadas no que respeita ao volume de capital necessário, e esta circunstância dificulta o seu aparecimento. Mas, por outro lado (e este ponto consideramo-lo mais importante), cada nova empresa que queira manter-se ao nível das empresas gigantes criadas pela concentração representa um aumento tão grande da oferta de mercadorias que a sua venda lucrativa só é possível com a condição de um aumento extraordinário da procura, pois, caso contrário, essa abundância de produtos faz baixar os preços a um nível desvantajoso para a nova fábrica e para as associações monopolistas.” Na Inglaterra, as associações monopolistas de patrões, cartéis e trusts, só surgem, na maior parte dos casos - diferentemente dos outros países, nos quais os impostos aduaneiros protecionistas facilitam a cartelização -, quando o número das principais empresas concorrentes se reduz a “umas duas dúzias”. “A influência da concentração na formação dos monopólios na grande indústria surge neste caso com uma clareza cristalina. [\(5\)](#)

Há meio século, quando Marx escreveu O Capital, a livre concorrência era, para a maior parte dos economistas, uma “lei natural”. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio é um fato. Os economistas publicam montanhas de livros em que descrevem as diferentes manifestações do monopólio e continuam a declarar em coro que o marxismo foi refutado. Mas os fatos são teimosos - como afirma o provérbio inglês - e de bom ou mau grado há que tê-los em conta. Os fatos demonstram que as diferenças entre os diversos países capitalistas, por exemplo no que se refere ao protecionismo ou ao livre câmbio, trazem consigo apenas diferenças não essenciais quanto à forma dos monopólios ou ao momento do seu aparecimento, mas que o aparecimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo. No que se refere à Europa, pode-se fixar com bastante exatidão o momento em que o novo capitalismo veio substituir definitivamente o velho: em

princípios do século XX. Num dos trabalhos de compilação mais recentes sobre a história da “formação dos monopólios” temos:

“Podem-se citar alguns exemplos de monopólios capitalistas da época anterior a 1860; podem-se descobrir aí os germes das formas que são tão correntes na atualidade; mas tudo isso constitui indiscutivelmente a época pré-histórica dos cartéis. O verdadeiro começo dos monopólios contemporâneos encontramos-lo, no máximo, na década de 1860. O primeiro grande período de desenvolvimento dos monopólios começa com a depressão internacional da indústria na década de 1870 e prolonga-se até princípios da última década do século.” “Se examinarmos a questão no que se refere à Europa, a livre concorrência alcança o ponto culminante de desenvolvimento nos anos de 60 a 70. Por essa altura, a Inglaterra acabava de erguer a sua organização capitalista do velho estilo. Na Alemanha, esta organização iniciava uma luta decidida contra a indústria artesanal e doméstica e começava a criar as suas próprias formas de existência.”

“Inicia-se uma transformação profunda com o craque de 1873, ou, mais exatamente, com a depressão que se lhe seguiu e que - com uma pausa quase imperceptível em princípios da década de 1880 e com um ascenso extraordinariamente vigoroso, mas breve, por volta de 1889 - abarca vinte dois anos da história econômica da Europa.” “Durante o breve período de ascenso de 1889 e 1890 foram utilizados em grande escala os cartéis para aproveitar a conjuntura. Uma política irrefletida elevava os preços ainda com maior rapidez e em maiores proporções do que teria acontecido sem os cartéis, e quase todos esses cartéis pereceram ingloriamente, enterrados ‘na fossa do craque’. Decorrem outros cinco anos de maus negócios e preços baixos, mas já não reinava na indústria o estado de espírito anterior: a depressão não era já considerada uma coisa natural, mas, simplesmente, uma pausa antes de uma nova conjuntura favorável.

“E o movimento dos cartéis entrou na sua segunda época. Em vez de serem um fenômeno passageiro, os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica; conquistam, uma após outra, as esferas industriais e, em primeiro lugar, a da transformação de matérias-primas. Em princípios da década de 1890, os cartéis conseguiram já, na organização do sindicato do coque que serviu de modelo ao sindicato hulheiro, uma tal técnica dos cartéis que, em essência, não foi ultrapassada. O grande ascenso de fins do século XIX e a crise de 1900 a 1903 decorreram já inteiramente, pela primeira vez - pelo menos no que se refere às indústrias mineira e siderúrgica - sob o signo dos cartéis. E se então isso parecia ainda algo de novo, agora é uma verdade evidente para a opinião pública que grandes setores da vida econômica são, regra geral, subtraídos à livre concorrência.” [\(6\)](#)

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo.

Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas, etc.

O número de cartéis era na Alemanha de aproximadamente 250 em 1896 e de 385 em 1905, abarcando cerca de 12.000 estabelecimentos(7). Mas todos reconhecem que estes números são inferiores à realidade. Dos dados da estatística da indústria alemã de 1907 que citamos acima deduz-se que mesmo esses 12.000 grandes estabelecimentos concentram seguramente mais de metade de toda a energia a vapor e elétrica. Nos Estados Unidos da América do Norte, o número de trusts era de 185 em 1900 e de 250 em 1907. A estatística americana divide todas as empresas industriais em empresas pertencentes a indivíduos, a sociedades e a corporações. A estas últimas pertenciam, em 1904, 23,6%, e, em 1909, 25,9 %, isto é, mais da quarta parte do total das empresas. Nos referidos estabelecimentos trabalhavam 70,6 % dos operários em 1904, e 75,6 % em 1909, isto é, três quartas partes do total. O valor da produção era, respectivamente, de 10.900 e 16.300 milhões de dólares, ou seja, 73,7 % e 79 % do total.

Nas mãos dos cartéis e trusts concentram-se freqüentemente sete ou oito décimas partes de toda a produção de um determinado ramo industrial. O sindicato hulheiro da Renânia-Vestefália, no momento da sua constituição, em 1893, concentrava 86,7 % de toda a produção de carvão daquela bacia, e em 1910 dispunha já de 95,4 % (8). O monopólio assim constituído garante lucros enormes e conduz à criação de unidades técnicas de produção de proporções imensas. O famoso trust do petróleo dos Estados Unidos (Standard Oil Company) foi fundado em 1900. “O seu capital era de 150 milhões de dólares. Foram emitidas ações ordinárias no valor de 100 milhões de dólares e ações privilegiadas no valor de 106 milhões de dólares. Estas últimas auferiram os seguintes dividendos no período de 1900 a 1907: 48%, 48%, 45%, 44%, 36%, 40%, 40% e 40%, ou seja, um total de 367 milhões de dólares. De 1882 a 1907 foram obtidos 889 milhões de dólares de, lucros líquidos, dos quais 606 milhões foram distribuídos a título de dividendos e o restante passou a capital de reserva.” (9) “No conjunto das empresas do trust do aço (United States Steel Corporation) trabalhavam, em 1907, pelo menos 210.180 operários e empregados. A empresa mais importante da indústria alemã, a Sociedade Mineira de Gelsenkirchen (Gelsenkirchener Bergwerksgesellschaft), dava trabalho, em 1908, a 46.048 operários e empregados”(10) . Em 1902, o trust do aço produzia já 9 milhões de toneladas(11). Em 1901 a sua produção constituía 66,3%, e 56,1% em 1908, de toda a produção de aço dos Estados Unidos(13). A sua extração de minério de ferro constituía 43,9% e 46,3%, respectivamente.

O relatório de uma comissão governamental americana sobre os trusts diz: “A grande superioridade dos trusts sobre os seus concorrentes baseia-se nas grandes proporções das suas empresas e no seu excelente equipamento técnico. O trust do tabaco, desde o próprio momento da sua fundação, consagrou inteiramente os seus esforços a substituir em todo o lado, e em grande escala, o trabalho manual pelo trabalho mecânico. Com este objetivo adquiriu todas as patentes que tivessem qualquer relação com a elaboração do tabaco, investindo nisso somas enormes. Muitas patentes foram, a princípio, inutilizáveis, e tiveram de ser modificadas pelos engenheiros que se encontravam ao serviço do trust. Em fins de 1906 foram constituídas duas sociedades filiais com o único objetivo de adquirir patentes.

Com este mesmo fim, o trust montou as suas Próprias fundições, as suas fábricas de maquinaria e as suas oficinas de reparação. Um dos referidos estabelecimentos, o de Brooklyn, dá trabalho, em média, a 300 operários; nele se experimentam e se aperfeiçoam os inventos relacionados com a produção de cigarros, pequenos charutos, rapé, papel de estanho para as embalagens, caixas, etc. “Há outros trusts que têm ao seu serviço os chamados developping engineers (engenheiros para o desenvolvimento da técnica), cuja missão consiste em inventar novos processos de produção e experimentar inovações técnicas. O trust do aço concede aos seus engenheiros e operários prêmios importantes pelos inventos susceptíveis de elevar a técnica ou reduzir os custos.”(14)

Está organizado do mesmo modo o aperfeiçoamento técnico na grande indústria alemã, por exemplo na indústria química, que se desenvolveu em proporções tão gigantescas durante estes últimos decênios. O processo de concentração da produção tinha dado origem, já em 1908, na referida indústria, a dois “grupos” principais, que, à sua maneira, foram evoluindo para o monopólio. A princípio, esses grupos constituíam “duplas alianças” de dois pares de grandes fábricas com um capital de 20 a 21 milhões de marcos cada uma: por um lado, a antiga fábrica Meister, em Höchst, e a de Cassella, em Frankfurt-am-Main, por outro, a fábrica de anilina e soda de Ludwigshafen e a antiga fábrica Bayer, em Elberfeld. Um dos grupos em 1905 e o outro em 1908 concluíram acordos, cada um por seu lado, com outra grande fábrica. Daí resultaram duas “triplas alianças” com um capital de 40 a 50 milhões de marcos cada uma, entre as quais se iniciou já uma “aproximação”, se estipularam “convênios”, sobre os preços, etc.”(15)

A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos.

Isto nada tem já que ver com a antiga livre concorrência entre patrões dispersos que se não conheciam e que produziam para um mercado ignorado. A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também associações monopolistas gigantescas se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado, que estes grupos “partilham” entre si por contrato. Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação - as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América - vão parar às mãos dos monopólios. O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.

A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável.

O economista alemão Kestrier consagrou uma obra especial à “luta entre os cartéis e os estranhos”, quer dizer, os empresários que não fazem parte dos cartéis. Intitulou essa obra *Da Coação à Organização*, quando devia ter falado, evidentemente para não embelezar o capitalismo, da coação à subordinação às associações monopolistas. É esclarecedor lançar uma simples olhadela ainda que mais não seja à lista dos meios a que recorrem as referidas associações na luta moderna, atual, civilizada, pela “organização”: 1) privação de matérias-primas (“...um dos processos mais importantes para obrigar a entrar no cartel”); 2) privação de mão-de-obra mediante “alianças” (quer dizer, mediante acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas); 3) privação de meios de transporte; 4) privação de possibilidades de venda; 5) acordo com os compradores para que estes mantenham relações comerciais unicamente com os cartéis; 6) diminuição sistemática dos preços (com o objetivo de arruinar os “estranhos”, isto é, as empresas que não se submetem aos monopolistas, gastam-se durante um certo tempo milhões para vender a preços inferiores ao do custo: na indústria da gasolina deram-se casos de redução de preço de 40 para 22 marcos, quer dizer, quase metade!); 7) privação de créditos; 8) declaração do boicote.

Não nos encontramos já em presença da luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre estabelecimentos tecnicamente atrasados e estabelecimentos de técnica avançada. Encontramo-nos perante o estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade. Eis como este processo se reflete na consciência de um economistas burguês:

“Mesmo no terreno da atividade puramente econômica - escreve Kestner -, produz-se uma certa deslocação da atividade comercial, no anterior sentido da palavra, para uma atividade organizadora e especulativa. Não é o comerciante que, valendo-se da sua experiência técnica e comercial, sabe determinar melhor as necessidades do comprador, encontrar e, por assim dizer, 'descobrir' a procura que se encontra em estado latente, aquele que consegue os maiores êxitos, mas o gênio (!) especulativo que antecipadamente sabe ter em conta ou, pelo menos, pressentir, o desenvolvimento no terreno da organização, a possibilidade de se estabelecerem determinados laços entre as diferentes empresas e os bancos ...”

Traduzido em linguagem comum, isto significa: o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, ainda que a produção mercantil continue “reinando” como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade encontra-se já minada e os lucros principais vão parar aos “gênios” das maquinações financeiras. Estas maquinações e estas trapanças têm a sua base na socialização da produção, mas o imenso progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia ... os especuladores. Mais adiante veremos como, “baseando-se nisto”, a crítica filistina reacionária do imperialismo capitalista sonha com voltar atrás, à concorrência “livre”, “pacífica” e “honesta”.

“Até agora, a subida duradoura dos preços como resultado da constituição dos cartéis - diz Kestner - só se observou nos principais meios de produção, sobretudo na hulha, no ferro e na potassa; pelo contrário, não se verificou nunca nos artigos manufaturados. O aumento dos lucros motivado por esse fenómeno vê-se igualmente limitado à indústria dos meios de produção. Há que completar esta observação com a de que a indústria de transformação das matérias-primas (e não de produtos semi-manufaturados) não só obtém da constituição de

cartéis vantagens sob a forma de lucros elevados, em prejuízo das indústrias dedicadas à transformação ulterior dos produtos semi-manufaturados, como adquiriu sobre esta última uma certa relação de dominação que não existia sob a livre concorrência.”(16)

A palavra que sublinhamos mostra o fundo da questão, que os economistas burgueses reconhecem de tão má vontade e só de vez em quando e que tanto se empenham em não ver e em silenciar os defensores atuais do oportunismo, com Kautsky à cabeça. As relações de dominação e a violência ligada a essa dominação, eis o que é típico da “fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo”, eis o que inevitavelmente tinha de derivar, e derivou, da constituição de monopólios econômicos todo-poderosos.

Citemos outro exemplo da dominação dos cartéis. Onde é possível apoderar-se de todas ou das mais importantes fontes de matérias-primas, o aparecimento de cartéis e a constituição de monopólios é particularmente fácil. Mas seria um erro pensar que os monopólios não surgem também noutros ramos industriais em que a conquista das fontes de matérias-primas é impossível. A indústria do cimento encontra matéria-prima em toda a parte. Não obstante, também esta indústria está muito cartelizada na Alemanha. As fábricas agruparam-se em sindicatos regionais: o da Alemanha do Sul, o da Renânia-Vestefália, etc. Vigoram preços de monopólio: de 230 a 280 marcos por vagão, quando o custo de produção é de 180 marcos! As empresas proporcionam dividendos de 12 % a 16 %; não esquecer também que os “gênios” da especulação contemporânea sabem canalizar grandes lucros para os seus bolsos, além daqueles que repartem sob a forma de dividendos. Para eliminar a concorrência numa indústria tão lucrativa, os monopolistas valem-se, inclusivamente, de diversas artimanhas: fazem circular boatos sobre a má situação da indústria; publicam nos jornais anúncios anônimos: “Capitalistas: não coloquais os vossos capitais na indústria do cimento!”; por último, compram as empresas “estranhas” (quer dizer, dos que não fazem parte dos sindicatos) pagando 60, 80 e 150 mil marcos de “indenização” (17). O monopólio abre caminho em toda a parte, valendo-se de todos os meios, desde o pagamento de uma “modesta” indenização até ao “recurso” americano do emprego da dinamite contra o concorrente.

A supressão das crises pelos cartéis é uma fábula dos economistas burgueses, que põem todo o seu empenho em embelezar o capitalismo. Pelo contrário, o monopólio que se cria em certos ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de todo o sistema da produção capitalista no seu conjunto. Acentua-se ainda mais a desproporção entre o desenvolvimento da agricultura e o da indústria, desproporção que é característica do capitalismo em geral. A situação de privilégio em que se encontra a indústria mais cartelizada, o que se chama indústria pesada, particularmente a hulha e o ferro, determina nos restantes ramos da indústria “a falta ainda maior de coordenação”, como reconhece Jeidels, autor de um dos melhores trabalhos sobre “as relações entre os grandes bancos alemães e a indústria “ (18).

Quanto mais desenvolvida está uma economia nacional - escreve Liefmann, defensor descarado do capitalismo - tanto mais se volta para empresas arriscadas ou no estrangeiro, para as que exigem longo tempo para o seu desenvolvimento ou finalmente as que apenas têm uma importância local.”* 19 O aumento do risco vai de par, ao fim e ao cabo, com o aumento gigantesco de capital, o qual, por assim dizer, transborda e corre para o

estrangeiro, etc. E juntamente com isso os progressos extremamente rápidos da técnica trazem consigo cada vez mais elementos de desproporção entre as diferentes partes da economia nacional, elementos de caos e de crise. “Provavelmente - vê-se obrigado a reconhecer o mesmo Liefmann - a humanidade assistirá num futuro próximo a novas e grandes revoluções no campo da técnica, que farão sentir também os seus efeitos sobre a organização da economia nacional” ... a eletricidade, a aviação... “Habitualmente e regra geral nestes períodos de radicais transformações econômicas desenvolve-se uma forte especulação..., [\(20\)](#)

E as crises - as crises de toda a espécie, sobretudo as crises econômicas, mas não só estas - aumentam por sua vez em proporções enormes a tendência para a concentração e para o monopólio. Eis algumas reflexões extraordinariamente elucidativas de Jeldels sobre o significado da crise de 1900, que, como sabemos, foi um ponto de viragem na história dos monopólios modernos:

“A crise de 1900 produziu-se num momento em que, ao lado de gigantescas empresas nos ramos principais da indústria, existiam ainda muitos estabelecimentos com uma organização antiquada segundo o critério atual, ‘estabelecimentos simples’ (isto é, não combinados), que se tinham elevado sobre a onda do ascenso industrial. A baixa dos preços e a diminuição da procura levaram essas empresas ‘simples’ a uma situação calamitosa que as gigantescas empresas combinadas ou não conheceram em absoluto ou apenas conheceram durante um brevíssimo período. Como consequência, disto, a crise de 1900 determinou a concentração da indústria em proporções incomparavelmente maiores do que a de 1873, a qual tinha efetuado também uma certa seleção das melhores empresas, se bem que, dado o nível técnico de então, esta seleção não tivesse podido conduzir ao monopólio as empresas que tinham sabido sair vitoriosas da crise. É precisamente desse monopólio persistente e em alto grau que gozam as empresas gigantescas das indústrias siderúrgica e elétrica atuais, graças ao seu equipamento técnico muito complexo, à sua extensa organização e ao poder do seu capital, e depois, em menor grau, também as empresas de construção de maquinaria, de determinados ramos da indústria metalúrgica, das vias de comunicação, etc.,) [\(21\)](#)

O monopólio é a última palavra da “fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo”. Mas o nosso conceito da força efetiva e do significado dos monopólios atuais seria extremamente insuficiente, incompleto, reduzido, se não tomássemos em consideração o papel dos bancos.

Notas: Capítulo I

(1) Números dos Annalen des deutschen Reichs, 1911, Zahn.[\(retornar ao texto\)](#)

(2) Statistical Abstract of the United States, 1912, p. 202.[\(retornar ao texto\)](#)

(3) O Capital Financeiro, pp.286-287, ed. em russo.[\(retornar ao texto\)](#)

(4) Hans Gideon Heymann, Die gemischten Werke im deutschen Grosseisengewerbe, Stuttgart, 1904, S.256,278-279.[\(retornar ao texto\)](#)

- (5) S. Hermann Levy, Monopole, Kartelle und Trusts, Jena, 1909, S. 286, 290, 298.[\(retornar ao texto\)](#)
- (6) Th. Vogelstein, Die finanzielle Organisation der Kapitalistischen Industrie und die Monopolbildungen, in Grundriss der Sozialökonomik, VI Abr, Tübingen, 1914. Ver do mesmo autor Organisationsformen der Eisenindustrie und der Textilindustrie in England und Amerika, Bd. I, Leipzig, 1910.[\(retornar ao texto\)](#)
- (7) Dr. Riesser, Die deutschen Grossbanken und ihre Konzentration im Zusammenhange mit der Entwicklung der Gesamtwirtschaft in Deutschland, 4 Aufl, 1912, S. 149; R Liefmann, Kartelle und Trusts und die Weiterbildung der volkswirtschaftlichen Organisation, 2 Aufl, 1910, S.25.[\(retornar ao texto\)](#)
- (8) Dr. Fritz Kestner, Der Organisationszwang. Eine Untersuchung über die Kämpfe zwischen Kartellen und Aussenseitern, Berlin, 1912, S. 11.[\(retornar ao texto\)](#)
- (9) R. Liefmann, Beteiligungs - und Finanzierungsgesellschaften. Eine Studie über den modern Kapitalismus und das Effektenwesen, 1.^a ed, Jena, 1909, S. 212.[\(retornar ao texto\)](#)
- (10) Ibid, S. 218.[\(retornar ao texto\)](#)
- (11) Dr. S. Tschierschky, Kartell und Trust, Göttingen, 1903, S. 13. [\(retornar ao texto\)](#)
- (12) Th. Vogelstein, Organisationsformen, S. 275.[\(retornar ao texto\)](#)
- (13) Report of the Commissioner of Corporations on the Tobacco Industry, Washington, 1909, p. 266. Extraído do livro do Dr. Paul Tafel Die nordamerikanischen Trusts und ihre Wirkungen auf den Fortschritt der Technik, Stuttgart, 1913, S. 48. [\(retornar ao texto\)](#)
- (14) Ibid, S. 48-49.[\(retornar ao texto\)](#)
- (15) Riesser, Ob. cit., pp. 547 e segs. da 3.^a edição. Os jornais dão conta (junho de 1916) da constituição de um novo trust gigantesco da indústria química da Alemanha.[\(retornar ao texto\)](#)
- (16) Kenner, Ob. cit., p. 254.[\(retornar ao texto\)](#)
- (17) L. Eschwege, “Zement”, em Die Bank, 1909, 1, pp. 115 e segs.[\(retornar ao texto\)](#)
- (18) Jeidels, Das Verhältnis der deutschen Grossbanken zur Industrie mit besonderer Berücksichtigung der Eisenindustrie, Leipzig, 1905, S. 271.[\(retornar ao texto\)](#)
- (19) Liefmann, Beteiligungs - etc. Ges., S. 434.[\(retornar ao texto\)](#)
- (20) Ibidem, S. 465-466.[\(retornar ao texto\)](#)

II - Os Bancos e o seu Novo Papel

A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é a de intermediários nos pagamentos. É assim que eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda a espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista.

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração bancária.

No exercício de 1907-1908, os depósitos de todas as sociedades anônimas bancárias da Alemanha que possuíam um capital de mais de um milhão de marcos eram de 7.000 milhões de marcos; no exercício de 1912-1913 tinham subido para 9800 milhões. Um aumento de 40 % em cinco anos, com a particularidade que, desses 2.800 milhões de aumento, 2.750 milhões correspondiam a 57 bancos com um capital de mais de 10 milhões de marcos. A distribuição dos depósitos entre os bancos grandes e pequenos era a seguinte⁽¹⁾:

Percentagem de Todos os Depósitos

	Nos 9 grandes bancos berlinenses	Nos 48 bancos restantes com capital superior a 10 milhões de Marcos	Nos 115 bancos com capital de 1 a 10 milhões de Marcos	Nos bancos pequenos (com menos de 1 milhão)
1907-1908	47	32,5	16	4
1912-1913	49	36	12	3

Os bancos pequenos vão sendo afastados pelos grandes, nove dos quais concentram quase metade de todos os depósitos. E aqui ainda não se têm em conta muitos elementos, por

exemplo a transformação de numerosos bancos pequenos em simples sucursais dos grandes, etc., do que trataremos mais adiante.

Em fins de 1913, Schulze-Gaevernitz calculava os depósitos dos 9 grandes bancos berlinenses em 5.100 milhões de marcos para um total de cerca de 10.000 milhões. Tomando em consideração não só os depósitos mas todo o capital bancário, esse mesmo autor escrevia: “Em fins de 1909, os nove grandes bancos berlinenses, contando com os bancos a eles ligados, controlavam 11.300 milhões de marcos, isto é, cerca de 83 % de todo o capital bancário alemão. O Banco Alemão (Deutsche Bank), que controla, contando com os bancos a ele ligados, cerca de 3.000 milhões de marcos, representa, ao lado da administração prussiana dos caminhos-de-ferro do Estado, a acumulação de capital mais considerável do Velho Mundo, com a particularidade de estar altamente descentralizada.”(2)

Sublinhamos a indicação relativa aos bancos “ligados” porque se refere a uma das características mais importantes da concentração capitalista moderna. Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos como os “incorporam”, subordinam, incluem-nos no “seu” grupo, no seu “consórcio” - segundo o termo técnico - por meio da “participação” no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos, etc., etc. O Prof. Liefmann consagrou todo um volumoso “trabalho” de meio milhar de páginas à descrição das “sociedades de participação e financiamento” contemporâneas(3), mas, infelizmente, acrescentando raciocínios “teóricos”, de qualidade mais que inferior a um material em bruto, freqüentemente mal digerido. Ao que conduz este sistema de “participação” do ponto de vista da concentração, mostra-o melhor do que qualquer outra a obra do Sr. Riesser, “personalidade” do mundo das finanças, acerca dos grandes bancos alemães. Todavia, antes de examinarmos os seus dados, exporemos um exemplo concreto do sistema de “participação”.

O “grupo” do Banco Alemão é um dos mais importantes, para não dizer o mais importante, dos grupos de grandes bancos. Para nos apercebermos dos laços principais que ligam entre si todos os bancos do grupo mencionado é necessário distinguirmos as “participações” de primeiro, segundo e terceiro grau, ou, o que é o mesmo, a dependência (dos bancos mais pequenos em relação ao Banco Alemão) de primeiro, segundo e terceiro grau. Os resultados são os seguintes(4):

O banco alemão participa	Dependência de 1º grau	Dependência de 2º grau	Dependência de 3º grau
permanentemente	em 17 bancos	dos quais 9 participam noutros 34	dos quais 4 participam noutros 7
por tempo indeterminado	em 5 bancos	---	---
ocasionalmente	em 8 bancos	dos quais 5 participam noutros 14	dos quais 2 participam noutros 2

Total	em 30 bancos	dos quais 14 participam noutros 48	dos quais 6 participam noutros 9
-------	--------------	------------------------------------	----------------------------------

Entre os oito bancos “dependentes de primeiro grau”, subordinados ao Banco Alemão “ocasionalmente”, figuram três bancos estrangeiros: um austríaco (a Sociedade Bancária - Bankverein - de Viena) e dois russos (o Banco Comercial Siberiano - Sibírski Torgóvi Bank e o Banco Russo de Comércio Externo - Rússki Bank dliá Vnéchnei Torgóvii). No total, fazem parte do grupo do Banco Alemão, direta ou indiretamente, parcial ou totalmente, 87 bancos, e o capital total, próprio ou alheio, que o grupo controla calcula-se em 2 ou 3 mil milhões de marcos.

É evidente que um banco que se encontra à frente de um tal grupo e que se põe de acordo com meia dúzia de outros bancos, quase tão importantes como ele, para operações financeiras particularmente volumosas e lucrativas, tais como os empréstimos públicos, deixou já de ser um “intermediário” para se converter na aliança de um punhado de monopolistas.

Os dados seguintes de Riesser, que citamos de forma abreviada, mostram a rapidez com que, em fins do século XIX e princípios do século XX, se efetuou a concentração bancária na Alemanha:

Seis grande bancos berlinenses tinham

Anos	Sucursais na Alemanha	Caixas de depósito e câmbio	Participações constantes em sociedades anónimas bancárias alemãs	Total dos estabelecimentos
1895	16	14	1	41
1900	21	40	8	80
1911	104	276	63	450

Estes dados permitem ver a rapidez com que cresce a apertada rede de canais que abarca todo o país, centraliza todos os capitais e rendimentos em dinheiro, converte milhares e milhares de empresas dispersas numa empresa capitalista única, nacional a princípio e mundial depois. A “descentralização” de que, na passagem que referimos acima, falava Schulze-Gaevernitz em nome da economia política burguesa dos nossos dias, consiste, na realidade, na subordinação a um centro único de um número cada vez maior de unidades económicas que antes eram relativamente “independentes”, ou, para sermos mais exatos, eram localmente limitadas. Trata-se pois, com efeito, de uma centralização, de um reforço do papel, da importância e do poder dos gigantes monopolistas.

Nos países capitalistas mais velhos, a referida “rede bancária” é ainda mais apertada. Na Inglaterra, com a Irlanda, em 1910 o número de sucursais de todos os bancos era de 7.151. Quatro grandes bancos tinham mais de 400 sucursais cada um (de 447 a 689); seguiam-se outros quatro, com mais de 200, e 11 com mais de 100.

Em França, os três bancos mais importantes, o Crédit Lyonnais, o Comptoir National e a Société Générale ampliaram as suas operações e a rede das suas sucursais do seguinte modo(5):

Número de sucursais e de caixas

	Número de sucursais e de caixas			Capitais (em milhões de francos)	
	Provincia	país	Total	Próprios	Alheios
1870	47	17	64	200	427
1890	192	66	258	265	1245
1909	1033	196	1229	887	4363

Para caracterizar as “relações” de um grande banco moderno, Riesser fornece dados sobre o número de cartas enviadas e recebidas pela Sociedade de Desconto (Disconto-Gesellschaft), um dos bancos mais importantes da Alemanha e de todo o mundo (o seu capital ascendia em 1914 a 300 milhões de marcos):

	Número de cartas	
	Recebidas	Expedidas
1852	6135	6 292
1870	858 000	87 513
1900	533 102	626 043

No grande banco parisiense Crédit Lyonnais, o número de contas correntes, que em 1875 era de 28.535, passou em 1912(6) para 633.539.

Estes simples números mostram, talvez com maior evidência do que longos raciocínios, como a concentração do capital e o aumento do movimento dos bancos modificam radicalmente a importância destes últimos. Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a

ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rendibilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções, etc.

Acabamos de mencionar o capital de 300 milhões de marcos da Sociedade de Desconto de Berlim. Este aumento de capital da referida sociedade foi um dos episódios da luta pela hegemonia entre os dois bancos berlinenses mais importantes: o Banco Alemão e a Sociedade de Desconto. Em 1870, o primeiro, que então acabava de aparecer em cena, tinha um capital de 15 milhões, enquanto o do segundo se elevava a 30 milhões. Em 1908, o primeiro tinha um capital de 200 milhões; o do segundo era de 170 milhões. Em 1914, o primeiro elevou o seu capital para 250 milhões; o segundo, mediante a fusão com outro banco importantíssimo, a Aliança Bancária Schaffhausen, passou o seu para 300 milhões. E, naturalmente, esta luta pela hegemonia decorre paralelamente aos “acordos”, cada vez mais freqüentes e mais sólidos, entre os dois bancos. Eis as conclusões a que este desenvolvimento dos bancos leva alguns especialistas em questões bancárias que examinam os problemas econômicos de um ponto de vista que nunca ultrapassa os limites do reformismo burguês mais moderado e circunspeto:

“Os restantes bancos seguirão o mesmo caminho - dizia a revista alemã Die Bank a propósito da elevação do capital da Sociedade de Desconto para 300 milhões - e as trezentas pessoas que no momento atual regem os destinos econômicos da Alemanha ver-se-ão reduzidas, com o tempo, a 50, 25 ou menos ainda. Não há que esperar que o movimento moderno de concentração fique circunscrito aos bancos. As estreitas relações entre diferentes bancos conduzem também naturalmente à aproximação entre os sindicatos de industriais que estes bancos protegem ... Um belo dia acordaremos e perante os nossos olhos espantados não haverá mais do que trusts, encontrar-nos-emos na necessidade de substituir os monopólios privados pelos monopólios de Estado. Contudo, na realidade, nada teremos de que censurar-nos, a não ser o fato de termos deixado que a marcha das coisas decorresse livremente, um pouco acelerada pelo uso das cações. “ [\(7\)](#)

Eis um exemplo da impotência do jornalismo burguês, do qual a ciência burguesa se distingue apenas por uma menor franqueza e pela- tendência para ocultar o fundo das coisas, para esconder o bosque atrás das árvores. “Espantar-se” com as conseqüências da concentração, “fazer censuras” ao governo da Alemanha capitalista ou à “sociedade” capitalista (“nós”), temer a “aceleração” da concentração provocada pela introdução das ações, do mesmo modo que um especialista alemão “em cartéis”, Tschierschky, teme os trusts americanos e “prefere” os cartéis alemães, porque, segundo ele, não são tão susceptíveis “de acelerar, de forma tão excessiva como os trusts, o progresso técnico e econômico” [\(8\)](#), não será tudo isto prova de impotência?

Mas os fatos são fatos. Na Alemanha não há trusts, há “apenas” cartéis, mas o país é dirigido quando muito por 300 magnatas do capital, e o seu número diminui incessantemente. Os bancos, em todo o caso, em todos os países capitalistas, qualquer que seja a diferença entre as legislações bancárias, intensificam e tomam muitas vezes mais rápido o processo de concentração do capital e de constituição de monopólios.

“Os bancos criam, à escala social, a forma, mas nada mais que a forma, de uma contabilidade geral e de uma distribuição geral dos meios de produção” - escrevia Marx, há meio século, em O Capital (trad. rus., t. III, parte II, p. 144). Os dados que reproduzimos, referentes ao aumento do capital bancário, do número de escritórios e sucursais dos bancos mais importantes e suas contas correntes, etc., mostram-nos concretamente essa “contabilidade geral” de toda a classe capitalista, e não só capitalista, pois os bancos recolhem, ainda que apenas temporariamente, os rendimentos em dinheiro de todo o gênero, tanto dos pequenos patrões como dos empregados, e de uma reduzida camada superior dos operários. A “distribuição geral dos meios de produção”: eis o que surge, do ponto de vista formal, dos bancos modernos, os mais importantes dos quais, 3 a 6 em França e 6 a 8 na Alemanha, dispõem de milhares e milhares de milhões. Mas, pelo seu conteúdo, essa distribuição dos meios de produção não é de modo nenhum “geral”, mas privada, isto é, conforme aos interesses do grande capital, e em primeiro lugar do maior, do capital monopolista, que atua em condições tais que a massa da população passa fome e em que todo o desenvolvimento da agricultura se atrasa irremediavelmente em relação à indústria, uma parte da qual, a “indústria pesada”, recebe um tributo de todos os restantes ramos industriais.

Quanto à socialização da economia capitalista, começam a competir com os bancos as caixas econômicas e as estações de correios, que são mais “descentralizadas”, isto é, que estendem a sua influência a um número maior de localidades, a um número maior de lugares distantes, a setores mais vastos da população. Eis os dados recolhidos por uma comissão americana encarregada de investigar o aumento comparado dos depósitos nos bancos e nas caixas econômicas⁽⁹⁾:

Depósitos (em Milhares de Milhões de Marcos)

	Inglaterra		França		Alemanha		
Anos	Nos Bancos	Nas Caixas Económicas	Nos Bancos	Nas Caixas Económicas	Nos Bancos	Nas Sociedades de Crédito	Nas Caixas Económicas
1880	8.4	1.6	?	0.9	0.5	0.4	2.6
1888	12.4	2.0	1.5	2.1	1.1	0.4	4.5
1908	23.2	4.2	3.7	4.2	7.1	2.2	13.9

As caixas econômicas, que pagam 4% e 4 1/4% aos depositantes, vêm-se obrigadas a procurar uma colocação “lucrativa” para os seus capitais, a lançar-se em operações de desconto de letras, de hipotecas e outras. As fronteiras existentes entre os bancos e as caixas econômicas “vão desaparecendo cada vez mais”. As Câmaras de Comércio de Bochum e de Erfurt, por exemplo, exigem que se “proíbam”, às caixas as operações “puramente” bancárias, tais como o desconto de letras; exigem a limitação da atividade “bancária” das estações de correios⁽¹⁰⁾. Os magnatas bancários parecem temer que o monopólio de Estado os atinja por esse caminho, quando menos esperem. Mas, naturalmente, esse temor não ultrapassa os limites da concorrência entre dois chefes de

serviço num mesmo escritório, porque por um lado são, ao fim e ao cabo, esses mesmos magnatas do capital bancário que dispõem de fato dos milhares de milhões concentrados nas caixas econômicas; e, por outro lado, o monopólio de Estado na sociedade capitalista não é mais do que uma maneira de aumentar e assegurar os rendimentos dos milionários que correm o risco de falir num ou noutro ramo da indústria.

A substituição do velho capitalismo, no qual reina a livre concorrência, pelo novo capitalismo, no qual domina o monopólio, é expressa, entre outras coisas, pela diminuição da importância da Bolsa. “Há já algum tempo - diz a revista *Ide Bank* - que a Bolsa deixou de ser o intermediário indispensável da circulação que era dantes, quando os bancos não podiam ainda colocar a maior parte das emissões nos seus clientes. - [\(11\)](#)

“‘Todo o banco é uma Bolsa’. Este aforismo moderno é tanto mais exato quanto maior é o banco, quanto maiores são os êxitos da concentração nos negócios bancários. [\(12\)](#) “Se anteriormente, nos anos 70, a Bolsa, com os seus excessos de juventude” (alusão “delicada” ao craque bolsista de 1873364, aos escândalos gründeristas, 365, etc.) “abriu a época da industrialização da Alemanha, no momento atual os bancos e a indústria 'podem arranjar as coisas por si mesmos'. A dominação dos nossos grandes bancos sobre a Bolsa ... não é outra coisa senão a expressão do Estado industrial alemão completamente organizado. Se restringirmos deste modo o campo de ação das leis econômicas, que funcionam automaticamente, e dilatarmos extraordinariamente o da regulação consciente através dos bancos, aumenta, em relação com isso, em proporções gigantescas a responsabilidade que, quanto à economia nacional, recai sobre umas poucas cabeças dirigentes”- diz o Prof. alemão Schulze-Gaevernitz[\(13\)](#), esse apologista do imperialismo alemão, que é uma autoridade entre os imperialistas de todos os países, e que se esforça por dissimular um “pequeno pormenor”: que essa “regulação consciente” através dos bancos consiste na espoliação do público por meia dúzia de monopolistas “completamente organizados”. O que o professor burguês se propõe não é pôr a descoberto todo o mecanismo, não é desmascarar todas as artimanhas dos monopolistas bancários, mas embelezá-las.

Do mesmo modo, Riesser, economista ainda mais autorizado e “personalidade” do mundo da Banca, evita a questão com frases que nada dizem, falando de fatos que é impossível negar: “A Bolsa vai perdendo cada dia mais a qualidade, absolutamente indispensável para toda a economia e para a circulação dos valores, de ser não só o instrumento mais fiel de avaliação, mas também um regulador quase automático dos movimentos econômicos que convergem para ela. [\(14\)](#)

Por outras palavras: o velho capitalismo, o capitalismo da livre concorrência, com o seu regulador absolutamente indispensável, a Bolsa, passa à história. Em seu lugar apareceu o novo capitalismo, que tem os traços evidentes de um fenómeno de transição, que representa uma mistura da livre concorrência com o monopólio. Surge a pergunta: em que desemboca a “transição” do capitalismo moderno? Mas os homens de ciência burgueses têm medo de a formular.

“Há trinta anos, os empresários que competiam livremente entre, si realizavam 9/10 da atividade econômica que não pertence à esfera do trabalho físico dos 'operários'. Na atualidade, são os funcionários que realizam os 9/10 desse trabalho intelectual na economia.

Os bancos encontram-se à frente desta evolução.”[\(15\)](#) Esta confissão de Schulze-Gaevernitz conduz novamente ao problema de saber onde desemboca esta transição do capitalismo moderno, do capitalismo na sua fase imperialista.

Entre o reduzido número de bancos que, em consequência do processo de concentração, ficam à frente de toda a economia capitalista, verifica-se e acentua-se cada vez mais, como é natural, a tendência para chegar a um acordo monopolista, ao trust dos bancos. Nos Estados Unidos, não são nove, mas dois grandes bancos, dos multimilionários Rockefeller e Morgan, que dominam um capital de 11.000 milhões de marcos[\(16\)](#). Na Alemanha, a absorção a que anteriormente aludimos da Aliança Bancária Schaffhausen pela Sociedade de Desconto levou o jornal de Frankfurt, que defende os interesses bolsistas, a fazer as seguintes reflexões:

“O aumento da concentração dos bancos restringe o círculo de instituições a que nos podemos dirigir em busca de crédito, com o que aumenta a dependência da grande indústria relativamente a um reduzido número de grupos bancários. Como resultado da estreita relação entre a indústria e o mundo financeiro, a liberdade de movimentos das sociedades industriais que necessitam do capital bancário vê-se assim restringida. Por isso, a grande indústria assiste com certa perplexidade à trustificação (unificação ou transformação em trusts) dos bancos, cada vez mais intensa; com efeito, tem-se podido observar com frequência o germe de acordos realizados entre consórcios de grandes bancos, acordos cuja finalidade é limitar a concorrência. [\(17\)](#)

Verifica-se mais uma vez que a última palavra no desenvolvimento dos bancos é o monopólio.

Quanto à estreita relação existente entre os bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta, talvez com mais evidência do que em qualquer outro lado, o novo papel dos bancos. Se o banco desconta as letras de um empresário, abre-lhe conta corrente, etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas se essas operações se tornam cada vez mais frequentes e mais firmes, se o banco “reúne” nas suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco - e é assim que acontece - conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação económica do seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco.

Simultaneamente, desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa. O economista alemão Jeidels reuniu dados extremamente minuciosos sobre esta forma de concentração dos capitais e das empresas. Os seis maiores bancos berlinenses estavam representados, através dos seus diretores, em 344 sociedades industriais, e, através dos membros dos seus conselhos de administração, noutras 407, ou seja, num total de 751 sociedades. Em 289 sociedades tinham dois dos seus membros nos conselhos de administração ou ocupavam a presidência dos mesmos. Entre essas sociedades comerciais e industriais encontramos os

ramos industriais mais diversos: companhias de seguros, vias de comunicação, restaurantes, teatros, indústria de objetos artísticos, etc. Por outro lado, nos conselhos de administração desses seis bancos havia (em 1910) 51 grandes industriais, e entre eles o diretor da firma Krupp, o da gigantesca companhia de navegação Hapag (Hamburg-Amerika), etc., etc. Cada um dos seis bancos, de 1895 a 1910, participou na emissão de ações e obrigações de várias centenas de sociedades industriais, cujo número passou de 281 para 419(18).

A “união pessoal” dos bancos com a indústria completa-se com a “união pessoal”, de umas e outras sociedades com o governo. “Lugares nos conselhos de administração - escreve Jeidels - são confiados voluntariamente a personalidades de renome, bem como a antigos funcionários do Estado, os quais podem facilitar (!) em grau considerável as relações com as autoridades”... “No conselho de administração de um banco importante encontramos geralmente algum membro do Parlamento ou da vereação de Berlim.

Por conseguinte, os grandes monopólios capitalistas vão surgindo e desenvolvendo-se, por assim dizer, aperfeiçoando-se a todo o vapor, seguindo todos os caminhos “naturais” e “sobrenaturais”. Estabelece-se sistematicamente uma determinada divisão do trabalho entre várias centenas de reis financeiros da sociedade capitalista atual:

“Paralelamente a este alargamento do campo de ação dos diversos grandes industriais” (que entram nos conselhos de administração dos bancos, etc.) “e ao fato de se confiar aos diretores dos bancos de província unicamente a administração de uma zona industrial determinada, produz-se um certo aumento da especialização dos dirigentes dos grandes bancos. Tal especialização, falando em geral, só é concebível no caso de toda a empresa bancária, e particularmente as suas relações industriais, serem de grandes proporções. Esta divisão do trabalho efetua-se em dois sentidos: por um lado, às relações com a indústria no seu conjunto confiam-se, como ocupação especial, a um dos diretores; por outro lado, cada diretor encarrega-se do controlo de empresas separadas ou de grupos de empresas afins pela produção ou pelos interesses”. ... (O capitalismo está já em condições de exercer o controlo organizado das empresas separadas)... “A especialidade de um é a indústria alemã, ou mesmo simplesmente a da Alemanha Ocidental” (que é a parte mais industrial do país), “a de outros, as relações com outros Estados e com as indústrias do estrangeiro, os. relatórios sobre a personalidade dos industriais, etc., sobre as questões da Bolsa, etc. Além disso, cada um dos diretores de banco fica freqüentemente encarregado de uma zona ou de um ramo especial da indústria; um dedica-se principalmente aos conselhos de administração das sociedades elétricas, outro às fabricas de produtos químicos, de cerveja ou de açúcar, um terceiro a um certo número de empresas separadas, figurando paralelamente no conselho de administração de sociedades de seguros ... Numa palavra, é indubitável que, nos grandes bancos, à medida que aumenta o volume e a variedade das suas operações, estabelece-se uma divisão do trabalho cada vez maior entre os diretores, com o fim (que conseguem) de os elevar um pouco, por assim dizer, acima dos negócios puramente bancários, de os tornar mais aptos para julgarem, mais competentes nos problemas gerais da indústria e nos problemas especiais dos seus diversos ramos, com o objetivo de os preparar para a sua atividade no setor industrial da esfera de influência do banco. Este sistema dos bancos é completado pela tendência que neles se observa de serem eleitos para os seus conselhos de administração pessoas que conheçam bem a indústria, empresários, antigos funcionários, particularmente os que vêm dos departamentos de caminhos-de-ferro, minas”, etc.(19)

Na Banca francesa encontramos instituições semelhantes, apenas sob uma forma um pouco diferente. Por exemplo, um dos três grandes bancos franceses, o Crédit Lyonnais, tem montada uma “seção especial destinada a recolher informações financeiras” (service des études financières). Na referida seção trabalham permanentemente mais de 50 engenheiros, especialistas de estatística, economistas, advogados, etc. Custa anualmente entre 600.000 e 700.000 francos. A seção encontra-se por sua vez dividida em oito subseções: uma recolhe dados sobre empresas industriais, outra estuda a estatística geral, a terceira as companhias ferroviárias e de navegação, a quarta os fundos, a quinta os relatórios financeiros, etc. [\(20\)](#)

Daqui resulta, por um lado, uma fusão cada vez maior ou, segundo a acertada expressão de N. I. Bukhárine, a junção dos capitais bancário e industrial, e, por outro, a transformação dos bancos em instituições com um verdadeiro “caracter universal.” Julgamos necessário reproduzir os termos exatos que a este respeito emprega Jeidels, o escritor que melhor estudou o problema:

“Como resultado do exame das relações industriais no seu conjunto surge o caracter universal dos estabelecimentos financeiros que trabalham para a indústria. Contrariamente a outras formas de bancos, contrariamente às exigências formuladas por vezes na literatura, de que os bancos devem especializar-se numa esfera determinada de negócios ou num ramo industrial determinado a fim de pisarem terreno firme, os grandes bancos tendem para que as suas relações com os estabelecimentos industriais sejam o mais variadas possível, tanto do ponto de vista do lugar como do ponto de vista do gênero de produção: procuram eliminar a distribuição desigual do capital entre as diferentes zonas ou ramos da indústria, desigualdade que encontra a sua explicação na história de diferentes estabelecimentos”. “Uma tendência consiste em converter as relações com a indústria num fenómeno de ordem geral; outra em torná-las sólidas e intensivas; ambas se encontram realizadas nos seis grandes bancos não de forma completa, mas lá em proporções consideráveis e num grau igual.”

Nos meios comerciais e industriais ouvem-se com freqüência lamentações contra o “terrorismo” dos bancos. E nada tem de surpreendente que essas lamentações surjam quando os grandes bancos “mandam” da maneira que nos mostra o exemplo seguinte. Em 19 de Novembro de 1901, um dos bancos berlinenses chamados bancos d (o nome dos quatro bancos mais importantes começa pela letra d) dirigiu ao conselho de administração do Sindicato do Cimento da Alemanha do Noroeste e do Centro a seguinte carta: “Segundo a nota que tomaram pública em 18 do corrente no jornal tal, parece que devemos admitir a eventualidade de a assembléia geral do vosso sindicato, a celebrar em 30 do corrente, adotar resoluções susceptíveis de determinarem na vossa empresa modificações que não podemos aceitar. Por isso, lamentamos profundamente ver-nos obrigados a retirar-vos o crédito de que até agora gozavam ... Porém, se a referida assembléia geral não tomar resoluções inaceitáveis para nós, e se nos derem garantias a este respeito para o futuro, estamos dispostos a entabular negociações com vista a abrir um novo crédito.” [\(21\)](#)

Em essência, trata-se das mesmas lamentações do pequeno capital relativamente ao jugo do grande, com a diferença de, neste caso, a categoria de “pequeno” capital corresponder a todo um sindicato! A velha luta entre o pequeno e o grande capital reproduz-se num grau de desenvolvimento novo e incomensuravelmente mais elevado. É compreensível que,

dispondo de milhares de milhões, os grandes bancos podem também apressar o progresso técnico utilizando meios incomparavelmente superiores aos anteriores. Os bancos criam, por exemplo, sociedades especiais de investigação técnica, de cujos resultados só aproveitam, naturalmente, as empresas industriais “amigas”. Entre elas figuram a Sociedade para o Estudo do Problema dos Caminhos-de-Ferro Elétricos, o Gabinete Central de Investigações Científicas e Técnicas, etc.

Os próprios dirigentes dos grandes bancos não podem deixar de ver que estão a aparecer novas condições na economia nacional, mas são impotentes perante as mesmas:

“Quem tiver observado durante os últimos anos - diz Jeideis - as mudanças de diretores e membros dos conselhos de administração dos grandes bancos, não terá podido deixar de se aperceber de que o poder passa paulatinamente para as mãos dos que pensam que o objetivo necessário, e cada vez mais vital, dos grandes bancos consiste em intervir ativamente no desenvolvimento geral da indústria; entre eles e os velhos diretores dos bancos surgem, por tal motivo, divergências no campo profissional, e freqüentemente no campo pessoal. Trata-se, no fundo, de saber se essa ingerência no processo industrial da produção não prejudica os bancos, na sua qualidade de instituições de crédito, se os princípios firmes e o lucro seguro não são sacrificados a uma atividade que não tem nada de comum com o papel de intermediário para a concessão de créditos, e que coloca os bancos num terreno em que se encontram ainda mais expostos do que antes ao domínio cego da conjuntura industrial. Assim afirmam muitos dos velhos diretores, de bancos, enquanto a maioria dos jovens considera a intervenção ativa nos problemas da indústria como uma necessidade semelhante à que fez nascer, juntamente com a grande indústria moderna, os grandes bancos e a banca industrial moderna. A única coisa em que as duas partes estão de acordo é em que não existem princípios firmes nem fins concretos para a nova atividade dos grandes bancos.”-(22)

O velho capitalismo caducou. O novo constitui uma etapa de transição para algo diferente. Encontrar “princípios firmes e fins concretos” para a “conciliação” do monopólio com a livre concorrência é, naturalmente, uma tentativa votada ao fracasso. As confissões dos homens práticos ressoam de maneira muito diferente dos elogios do capitalismo “organizado”, entoados, pelos seus apologistas oficiais, tais como Schulze-Gaevernitz, Liefmann e outros “teóricos” do mesmo estilo.

Jeidels dá-nos uma resposta bastante exata ao importante problema de saber em que período se situam, com precisão, os começos da “nova atividade” dos grandes bancos:

“As relações entre as empresas industriais, com o seu novo conteúdo, as suas novas formas e os seus novos órgãos, quer dizer, os grandes bancos organizados de um modo ao mesmo tempo centralizado e descentralizado, não se estabelecem talvez, como fenómeno característico da economia nacional, antes do último decênio do século XIX; em certo sentido, pode-se mesmo tomar como ponto de partida o ano de 1897, com as suas grandes ‘fusões’ de empresas, que implantaram pela primeira vez a nova forma de organização descentralizada, de acordo com a política industrial dos bancos. Este ponto de partida pode talvez remontar mesmo a um período mais recente, pois só a crise de 1900 acelerou em proporções gigantescas o processo de concentração, tanto da indústria como da banca,

consolidou, converteu pela primeira vez as relações com a indústria num verdadeiro monopólio dos grandes bancos e deu a essas relações um caracter incomparavelmente mais estreito e mais intenso” (23).

O século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro.

Notas: Capítulo II

- (1) Alfred Lansburgh, Fünf jahre d. Bankwesen -, Die Bank, 1913, n.º 8, S. 728.[\(retornar ao texto\)](#)
- (2) Schulze-Caevernitz, - Die deutsche Kreditbank -, em Grundriss der Sozialökonomik, Tüb. 1915, S. 12 e 137.[\(retornar ao texto\)](#)
- (3) R. Liefmann, Beteiligungs- und Finanzierungsgesellschaften. Eine Studie über den modernen Kapitalismus und das Effizientes, 1. Aufl, jena, 1909, S. 212.[\(retornar ao texto\)](#)
- (4) Alfred Lansburgh, - Das Beteiligungssystem im deutschen Bankwesen -, Die Bank, 1901, I, S. 500.[\(retornar ao texto\)](#)
- (5) Eugen Kaufmann, Das französische Bankwesen, Tüb., 1911, S. 356, 362.[\(retornar ao texto\)](#)
- (6) Jean Lescure, L'épargne en France, P., 1914, p. 52.[\(retornar ao texto\)](#)
- (7) Alfred Lansburgh, “Die Bank mit den 300 Millionen”, Die Bank, 1914, 1, S. 426.[\(retornar ao texto\)](#)
- (8) S. Tschierschky, Ob. cit., S. 128.[\(retornar ao texto\)](#)
- (9) Dados da National Monetary Commission, americana, em Die Bank, 1910, 2, S. 1200.[\(retornar ao texto\)](#)
- (10) Relatório da National Monetary Commission, americana, em Die Bank, 1913, S. 811, 1022; 1914, S. 713.[\(retornar ao texto\)](#)
- (11) Die Bank, 1914, 1, S. 316.[\(retornar ao texto\)](#)
- (12) Dr. Oscar Stiffich, Geld- und Bankwesen, Berlin, 1907, S. 169.[\(retornar ao texto\)](#)
- (13) Schulze-Caevernitz, “Die deutsche Kreditbank”, em Grundriss der Sozialökonomik, Tüb., 1915, S. 101.[\(retornar ao texto\)](#)
- (14) Riesser, Ob. cit, 4ª ed., S. 629.[\(retornar ao texto\)](#)
- (15) Schulze-Caevernitz. “Die deutsche Kreditbank .,em Grundriss der Sozialökonomik,, Tüb., 1915, S. 151.[\(retornar ao texto\)](#)
- (16) Die Bank, 1912, 1, S. 435.[\(retornar ao texto\)](#)
- (17) Citado por Schulze-Caevernitz em Grdr. d. S. - Ök, S. 155.[\(retornar ao texto\)](#)
- (18) Jeidels e Riesser, Ob. cit.[\(retornar ao texto\)](#)
- (19) Jeidels. Ob. cit., S. 156-157.[\(retornar ao texto\)](#)
- (20) Artigo de Eugen Kaufmann sobre os bancos franceses, em Die Bank, 1909, 2, S. 851 e segs.[\(retornar ao texto\)](#)
- (21) Dr. Oscar Stiffich, Geld und Bankwesen, Berlin 1907, S. 147.[\(retornar ao texto\)](#)
- (22) Jeidels. Ob. cit., S. 183-194.[\(retornar ao texto\)](#)
- (23) Jeidels. Ob. cit., S. 181.[\(retornar ao texto\)](#)

III - O Capital Financeiro e a Oligarquia Financeira

"Uma parte cada vez maior do capital industrial - escreve Hilferding - não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário - por conseguinte capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro." "Capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam."⁽¹⁾

Esta definição não é completa porque não indica um dos aspectos mais importantes: o aumento da concentração da produção e do capital em grau tão elevado que conduz, e tem conduzido, ao monopólio. Mas em toda a exposição de Hilferding em geral, e em particular nos capítulos que precedem aquele de onde retiramos esta definição, sublinha-se o papel dos monopólios capitalistas.

Concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra.

Descreveremos agora como a "gestão" dos monopólios capitalistas se transforma inevitavelmente, nas condições gerais da produção mercantil e da propriedade privada, na dominação da oligarquia financeira. Assinalemos que as figuras representativas da ciência burguesa alemã - e não só da alemã -, tais como Riesser, Schulze-Gaevernitz, Liefmann, etc., são todas apologistas do imperialismo e do capital financeiro. Não põem a descoberto, antes dissimulam e embelezam, o "mecanismo" da formação das oligarquias, os seus processos, a importância dos seus rendimentos "lícitos e ilícitos", as suas relações com os parlamentos, etc., etc. Fogem às "questões malditas" por meio de frases altissonantes e obscuras, e de apelos ao "sentido da responsabilidade" dos diretores dos bancos; por meio de elogios ao "sentimento do dever" dos funcionários prussianos, por meio da análise séria e pormenorizada de projetos de lei nada sérios sobre a "inspeção" e a "regulamentação"; por meio de infantis jogos teóricos, tais como a seguinte definição "científica" a que chegou o professor Liefmann: "... o comércio é uma atividade profissional destinada a reunir bens, conservá-los e pô-los à disposição" ⁽²⁾ (em itálico e em negro na obra do professor)... Daqui resulta que o comércio existia entre os homens primitivos, que não conheciam ainda a troca, e que também existirá na sociedade socialista!

Mas os monstruosos fatos relativos à monstruosa dominação da oligarquia financeira são tão evidentes que em todos os países capitalistas - na América, na França, na Alemanha - surgiu uma literatura que, embora adotando o ponto de vista burguês, traça um quadro aproximadamente exato, e faz uma crítica - pequeno-burguesa, naturalmente - da oligarquia financeira.

Há que dedicar uma atenção primordial ao "cisterna de participação", do qual já falamos acima sucintamente. Eis como expõe a essência do assunto o economista alemão Heymann, que foi um dos primeiros, se não o primeiro, a prestar-lhe atenção:

"O dirigente controla a sociedade fundamental (literalmente, a "sociedade-mãe"); esta, por sua vez, exerce o domínio sobre as sociedades que dependem dela ("sociedades-filhas"); estas últimas, sobre as "sociedades-netas", etc. É possível, deste modo, sem possuir um capital muito grande, dominar ramos gigantescos da produção. Com efeito, se a posse de 50% do capital é sempre suficiente para controlar uma sociedade anônima, basta que o dirigente possua apenas 1 milhão para estar em condições de controlar 8 milhões do capital das "sociedades-netas". E se este "entrelaçamento" vai ainda mais longe, com 1 milhão podem-se controlar 16 milhões, 32 milhões, etc..⁽³⁾

Com efeito, a experiência demonstra que basta possuir 40% das ações para dirigir os negócios de uma sociedade anônima⁽⁴⁾, pois uma certa parte dos pequenos acionistas, que se encontram dispersos, não tem na prática possibilidade alguma de assistir às assembléias gerais, etc. A "democratização", da posse das ações, de que os sofistas burgueses e os pretensos "sociais-democratas" oportunistas esperam (ou dizem que esperam) a "democratização do capital", o aumento do papel e importância da pequena produção, etc., é na realidade um dos meios de reforçar o poder da oligarquia financeira. Por isso, entre outras coisas, nos países capitalistas mais adiantados ou mais velhos e "experimentados", as leis autorizam a emissão de ações mais pequenas. Na Alemanha, a lei não permite ações de menos de 1000 marcos, e os magnatas financeiros do país lançam os olhos com inveja para a Inglaterra, onde a lei consente ações até 1 libra esterlina (quer dizer, 20 marcos, ou cerca de 10 rublos). Siemens, um dos industriais e "reis financeiros" mais poderosos da Alemanha, declarou em 7 de junho de 1900, no Reichstag, que "a ação de 1 libra esterlina é a base do imperialismo britânico"⁽⁵⁾. Este negociante tem uma concepção consideravelmente mais profunda, mais "marxista", do que é o imperialismo do que certo escritor indecoroso que se considera fundador do marxismo russo³⁶⁶ e supõe que o imperialismo é um defeito próprio de um povo determinado ...

Mas o "sistema de participação" não só serve para aumentar em proporções gigantescas o poderio dos monopolistas, como, além disso, permite levar a cabo impunemente toda a espécie de negócios escuros e sujos e roubar o público, pois os dirigentes das "sociedades-mães", formalmente, segundo a lei, não respondem pela "sociedade-filha", que é considerada "independente" e através da qual se pode "fazer passar" tudo. Eis um exemplo tirado da revista alemã Die Bank, no seu número de Maio de 1914:

"A Sociedade Anônima de Aço para Molas, de Cassel, era considerada há uns anos como uma das empresas mais lucrativas da Alemanha. Em consequência da má administração, os dividendos desceram de 15 % para 0 %. Segundo se pôde comprovar depois, a administração, sem informar os acionistas, tinha feito um empréstimo de 6 milhões de marcos a uma das suas 'sociedades-filhas', a Hassia, cujo capital nominal era apenas de algumas centenas de milhares de marcos. Esse empréstimo, quase três vezes superior ao capital em ações da 'sociedade-mãe', não figurava no balanço desta: juridicamente, tal silêncio estava perfeitamente de acordo com a lei e pôde durar dois anos inteiros, pois não infringia nem um único artigo da legislação comercial. O presidente do conselho de

administração, a quem nessa qualidade incumbia a responsabilidade de assinar os balanços falsos, era e continua a ser presidente da Câmara de Comércio de Cassei. Os acionistas só se inteiraram desse empréstimo à Hassia muito tempo depois, quando se verificou que o mesmo tinha sido um erro... " (o autor deveria ter posto esta palavra entre aspas) ... "e quando as ações do 'aço para molas', por aqueles que tinham conhecimento disto se começarem a desfazer delas, diminuíram o seu valor em aproximadamente 100 % ...

"Este exemplo típico de malabarismo nos balanços, o mais comum nas sociedades anônimas, explica-nos por que motivo os seus conselhos de administração empreendem negócios arriscados com muito mais facilidade do que os particulares. A técnica moderna de elaboração dos balanços não só lhes oferece a possibilidade de ocultar a operação arriscada ao acionista médio como permite mesmo aos principais interessados livrarem-se da responsabilidade mediante a venda oportuna das suas ações no caso de a experiência fracassar, ao passo que o negociante particular arrisca a sua pele em tudo quanto faz.

"Os balanços de muitas sociedades anônimas parecem-se com os palimpsestos da Idade Média, dos quais era preciso apagar o que estava escrito para se descobrir sinais que tinham sido escritos por baixo e que representavam o conteúdo real do documento." (O palimpsesto era um pergaminho do qual o texto primitivo tinha sido apagado para escrever de novo.)

"O meio mais simples e por isso mais vulgarmente utilizado para tornar um balanço indecifrável consiste em dividir uma empresa em várias partes por meio da criação de filiais ou a incorporação de estabelecimentos do mesmo gênero. As vantagens deste sistema, do ponto de vista dos diversos fins - legais e ilegais -, são tão evidentes que na atualidade as grandes sociedades que não o adotaram constituem uma verdadeira exceção."⁽⁶⁾

Como exemplo de empresa monopolista de grande importância que aplica, em grande escala, o referido sistema, o autor cita a famosa Sociedade Geral de Eletricidade (AEG, da qual voltaremos a falar mais adiante). Em 1912 calculava-se que esta sociedade participava noutras 175 a 200, dominando-as, é claro, e controlando assim um capital total de cerca de 1.500 milhões de marcos⁽⁷⁾.

Nenhuma regra de controlo, de publicação de balanços, de estabelecimento de esquemas precisos para os mesmos, de instituição de inspeção, etc., com que os professores e funcionários bem intencionados, isto é, que têm a boa intenção de defender e embelezar o capitalismo, distraem a atenção do público, pode ter, neste aspeto, a menor importância, pois que a propriedade privada é sagrada, e ninguém pode proibir comprar, vender, permutar, hipotecar ações, etc.

Podem-se avaliar as proporções que o "sistema de participação" alcançou nos grandes bancos russos pelos dados fornecidos por E. Agahd, que durante quinze anos foi empregado do Banco Russo-Chinês e que em Maio de 1914 publicou uma obra com o título, não de todo exato, Os Grandes Bancos e o Mercado Mundial⁽⁸⁾. O autor divide os grandes bancos russos em dois grupos fundamentais: a) os que funcionam segundo o "sistema de participação" e b) os "independentes" entendendo, contudo, arbitrariamente por "independência" a independência em relação aos bancos estrangeiros. O autor divide o

primeiro grupo em três subgrupos: 1) participação alemã, 2) inglesa e 3) francesa, referindo-se à "participação" e ao domínio dos grandes bancos estrangeiros da nação em causa. Divide os capitais dos bancos em capitais de investimento "produtivo" (no comércio e na indústria) e de investimento "especulativo", (nas operações bolsistas e financeiras), supondo, de acordo com o ponto de vista pequeno-burguês reformista que lhe é próprio, que é possível sob o capitalismo separar a primeira forma de investimento da segunda e suprimir esta última.

Os dados do autor são os seguintes:

Ativo dos **Bancos**
(Segundo os balanços de Outubro-Novembro de 1913)
(Em milhões de rublos)

Grupos de Bancos Russos	Capitais Investidos		
	Produtivamente	Especulativamente	Total
a1) 4 bancos: Comercial Siberiano, Russo, Internacional, de Desconto	413.7	859.1	1272.8
a2) 2 bancos: Comercial e Industrial, Russo-Inglês	293.3	169.1	408.4
a3) 5 bancos: Russo-Asiático, Privado de São Petersburgo, Azov-Don União de Moscovo, Russo-Francês de Comércio	711.8	661.2	1373.0
(11 bancos) Total a)=	1364.8	1689.4	3054.2
b) 8 bancos: Comerciantes de Moscovo, Volga-Kama, Junker & C. ^a , Comercial São Petersburgo (ant. Wawelberg), de Mosco (ant. Riabut-chinski), de Desconto de Moscovo, Banco Comercial de Moscovo e Privado de Moscovo	504.2	391.1	895.3
(19 bancos) Total b)=	1869.0	2080.5	3949.5

Estes dados mostram que, do total aproximado de 4.000 milhões de rublos que constituem o capital "ativo" dos grandes bancos, mais de 3/4, mais de 3.000 milhões, correspondem a bancos que, no fundo, são filiais dos bancos estrangeiros, em primeiro lugar dos parisienses (o famoso trio bancário União Parisiense, Banco de Paris e Países Baixos e Sociedade Geral) e dos berlinenses (particularmente o Banco Alemão e a Sociedade de Desconto). Dois dos bancos russos mais importantes, o Russo (Banco Russo de Comércio Externo) e o Internacional (Banco Comercial Internacional de São Petersburgo), aumentaram os seus capitais, no período compreendido entre 1906 e 1912, de 44 para 98 milhões de rublos, e os fundos de reserva de 15 para 39 milhões, "trabalhando em 3/4 com capitais alemães"; o

primeiro banco pertence ao "consórcio" do Banco Alemão de Berlim; o segundo pertence à Sociedade de Desconto, da mesma capital. Ao bom Agahd indigna-o profundamente que os bancos berlinenses tenham nas suas mãos a maioria das ações, e que, em consequência disso, os acionistas russos sejam impotentes. E, naturalmente, o país que exporta capitais fica com a nata: por exemplo, o Banco Alemão de Berlim, encarregado de vender nesta cidade as ações do Banco Comercial Siberiano, guardou durante um ano as referidas ações em carteira, e depois vendeu-as a 193%, quer dizer, quase o dobro, "obtendo" deste modo um lucro de cerca de 6 milhões de rublos, que Hilferding qualifica de "lucro de constituição".

O autor calcula em 8.235 milhões de rublos, isto é, quase 8 1/4 milhares de milhões, a "potência" total dos bancos petersburgueses mais importantes. Quanto à "participação" ou, melhor dizendo, ao domínio dos bancos estrangeiros, estabelece-o nas proporções seguintes: bancos franceses, 55%; ingleses, 10%; alemães, 35%. Deste total, isto é, dos 8.235 milhões, 3.687 milhões de capital ativo, ou seja, mais de 40%, correspondem, segundo os cálculos do autor, aos sindicatos Prodúgol e Prodamet⁽⁹⁾ e aos sindicatos do petróleo, da metalurgia e do cimento. Por conseguinte, a fusão do capital bancário e industrial, derivada da constituição dos monopólios capitalistas, deu também na Rússia passos gigantescos.

O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas. Eis um dos exemplos dos métodos de "administração" dos trusts americanos, citado por Hilferding: em 1887, Havemeyer constituiu o trust do açúcar mediante a fusão de 15 pequenas companhias, cujo capital total era de 6.500.000 dólares. Mas o capital do trust, "aguado", segundo a expressão americana, fixou-se em 50 milhões de dólares. A "recapitalização" tinha em conta de antemão os futuros lucros monopolistas, do mesmo modo que o trust do aço - também na América - tem em conta os futuros lucros monopolistas ao adquirir cada vez mais jazigos de minério de ferro. E, com efeito, o trust do açúcar fixou preços de monopólio e recebeu lucros tais que pôde pagar um dividendo de 10 % ao capital sete vezes "aguado", quer dizer, quase 70 % sobre o capital efetivamente investido no momento da constituição do trust! Em 1909, o seu capital era de 90 milhões de dólares. Em vinte e dois anos o capital foi mais do que decuplicado.

Em França, a dominação da "oligarquia financeira" (Contra a Oligarquia Financeira em França é o título do conhecido livro de Lysis, cuja quinta edição apareceu em 1908) adotou uma forma apenas um pouco diferente. Os quatro bancos mais importantes gozam não do monopólio relativo, mas "do monopólio absoluto" na emissão de valores. De fato, trata-se de um "trust dos grandes bancos". E o monopólio garante lucros monopolistas das emissões. Ao fazerem-se os empréstimos, o país que os negoceia não recebe habitualmente mais de 90 % do total: os restantes 10 % vão parar aos bancos e demais intermediários. O lucro dos bancos no empréstimo russo-chinês de 400 milhões de francos foi de 8%; no russo (1904) de 800 milhões, foi de 10%; no marroquino (1904) de 62,5 milhões, foi de 18,75%. O capitalismo, que iniciou o seu desenvolvimento com o pequeno capital usurário, chega ao fim deste desenvolvimento com um capital usurário gigantesco. "Os franceses são

os usurários da Europa" - diz Lysis. Todas as condições da vida econômica sofrem uma modificação profunda em consequência desta degeneração do capitalismo. Num estado de estagnação da população, da indústria, do comércio e dos transportes marítimos, o "país" pode enriquecer por meio das operações usurárias. "Cinquenta pessoas, que representam um capital de 8 milhões de francos, podem dispor de dois mil milhões colocados em quatro bancos." O sistema de "participação" que já conhecemos conduz às mesmas consequências: um dos bancos mais importantes, a Sociedade Geral (Société Générale), emitiu 64.000 obrigações da sociedade-filha, as Refinarias de Açúcar do Egito. O curso da emissão era de 150%, quer dizer, o banco embolsava um lucro de 50 centimos por cada franco. Os dividendos da referida sociedade revelaram-se fictícios, o "público" perdeu de 90 a 100 milhões de francos; "um dos diretores da Sociedade Geral era membro do conselho de administração das Refinarias". Nada tem de surpreendente que o autor se veja obrigado a chegar à seguinte conclusão: "A República francesa é uma monarquia financeira"; a onipotência da oligarquia financeira é absoluta, domina a imprensa e o governo"⁽¹⁰⁾.

Os lucros excepcionais proporcionados pela emissão de valores, como uma das operações principais do capital financeiro, contribuem muito para o desenvolvimento e consolidação da oligarquia financeira. "No interior do país não há nenhum negócio que dê, nem aproximadamente, um lucro tão elevado como servir de intermediário para a emissão de empréstimos estrangeiros" - diz a revista alemã Die Bank ⁽¹¹⁾.

"Não há nenhuma operação bancária que produza lucros tão elevados como as emissões." Na emissão de valores das empresas industriais, segundo os dados de O Economista Alemão, o lucro médio anual foi o seguinte:

1895	38,6%	1898	67,7%
1896	36,1%	1899	66,9%
1897	66,7%	1900	55,2%

"Em dez anos, de 1891 a 1900, a emissão de valores industriais alemães produziu um lucro de mais de 1.000 milhões." ⁽¹²⁾

Se os lucros do capital financeiro são desmedidos durante os períodos de ascenso industrial, durante os períodos de depressão arruinam-se as pequenas empresas e as empresas pouco fortes, enquanto os grandes bancos "participam" na aquisição das mesmas a baixo preço, ou no seu lucrativo "saneamento" e "reorganização". Ao efetuar-se o "saneamento" das empresas deficitárias, "o capital em ações sofre uma baixa, isto é, os lucros são distribuídos sobre um capital menor, e calculam-se depois com base nesse capital. Ou, se a rentabilidade fica reduzida a zero, incorpora-se novo capital que, ao unir-se com o capital velho, menos lucrativo, produz já um lucro suficiente. Convém dizer - acrescenta Hilferding - que todos esses saneamentos e reorganizações têm uma dupla importância para os bancos: primeiro como operação lucrativa, e segundo como ocasião propícia para colocar sob a sua dependência essas sociedades necessitadas"⁽¹³⁾.

Eis um exemplo: o da sociedade anônima mineira Union, de Dortmund, fundada em 1872. Foi emitido um capital em ações de cerca de 40 milhões de marcos, e, quando no primeiro ano se recebeu um dividendo de 12%, o curso elevou-se até 170%. O capital financeiro

ficou com a nata, embolsando a bagatela de uns 28 milhões de marcos. O papel principal na fundação da referida sociedade foi desempenhado por esse mesmo grande banco alemão, a Sociedade de Desconto, que, sem contratempos, alcançou um capital de 300 milhões. Os dividendos da Umon desceram depois até desaparecerem. Os acionistas tiveram de aceder a liquidar uma parte do capital, isto é, a sacrificar uma parte para não perderem tudo. Como resultado de uma série de "saneamentos", desapareceram dos livros da sociedade Union, no decurso de trinta anos, mais de 73 milhões de marcos. "Atualmente, os acionistas fundadores dessa sociedade têm nas suas mãos apenas 5 % do valor nominal das suas ações" ⁽¹⁴⁾; e em cada novo "saneamento" os bancos continuaram a "ganhar alguma coisa".

Uma das operações particularmente lucrativas do capital financeiro é também a especulação com terrenos situados nos subúrbios das grandes cidades que crescem rapidamente. O monopólio dos bancos funde-se neste caso com o monopólio da renda da terra e com o monopólio das vias de comunicação, pois o aumento dos preços de terrenos, a possibilidade de os vender vantajosamente por parcelas, etc., dependem principalmente das boas vias de comunicação com a parte central da cidade, as quais se encontram nas mãos de grandes companhias, ligadas a esses mesmos bancos mediante o sistema de participação e da distribuição dos cargos diretivos. Resulta de tudo isso o que o autor alemão L. Eschwege, colaborador da revista Die Bank, que estudou especialmente as operações de venda e hipoteca de terrenos, qualifica de "pântano": a desenfreada especulação com os terrenos dos subúrbios das cidades, as falências das empresas de construção, como, por exemplo, a firma berlinense Boswau & Knauer, que tinha embolsado uma quantia tão elevada como 100 milhões de marcos por intermédio do banco "mais importante e respeitável", o Banco Alemão (Deutsche Bank), que, naturalmente, atuava segundo o sistema de "participação", isto é, em segredo, na sombra, e livrou-se da situação perdendo "apenas" 12 milhões de marcos; depois, a ruína dos pequenos patrões e dos operários, que não recebem nem um centavo das fictícias empresas de construção; as negociatas fraudulentas com a "honrada" polícia berlinense e com a administração urbana para ganhar o controlo do serviço de informação sobre os terrenos e das autorizações do município para construir, etc., etc. ⁽¹⁵⁾.

Os "costumes americanos", de que tão hipocritamente se lamentam os professores europeus e os burgueses bem intencionados, converteram-se, na época do capital financeiro, em costumes de literalmente toda a cidade importante de qualquer país.

Em Berlim, em princípios de 1914, falava-se da fundação de um "trust dos transportes", isto é, de uma "comunidade de interesses" das três empresas berlinenses de transportes: os caminhos-de-ferro elétricos urbanos, a sociedade de carros elétricos e a de autocarros. "Que este propósito existe - diz a revista Die Bank - já o sabíamos desde que se tornou do domínio público que a maioria das ações da sociedade de autocarros tinha sido adquirida pelas outras duas sociedades de transportes ... Podemos acreditar inteiramente nos que visam esse objetivo quando afirmam que, mediante a regulação uniforme dos transportes, têm a esperança de obter economias, de uma parte das quais, no fim de contas, o público poderia beneficiar. Mas a questão complica-se em virtude de, por detrás desse trust dos transportes em formação, estarem os bancos, que, se quiserem, podem subordinar as vias de comunicação que monopolizam aos interesses do seu tráfico de terrenos. Para nos convenceremos do bom fundamento desta suposição basta recordar que, ao ser fundada a

sociedade dos caminhos-de-ferro, elétricos urbanos, já se encontravam ligados a ela os interesses do grande banco que patrocinou esse empreendimento. Isto é: os interesses da referida empresa de transportes entrelaçavam-se com os do tráfico de terrenos. O cerne da questão era que a linha oriental da referida via férrea devia passar por terrenos que mais tarde, quando a construção da via férrea já estava assegurada, o banco vendeu com enorme lucro para si e para algumas pessoas que intervieram no negócio. ⁽¹⁶⁾

O monopólio, uma vez que foi constituído e controla milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra "particularidade". Nas publicações alemãs sobre economia são habituais os elogios servis à honradez dos funcionários prussianos e as alusões ao Panamá francês³⁶⁷ ou à venalidade política americana. Mas o fato é que até as publicações burguesas consagradas aos assuntos bancários da Alemanha se vêm constantemente obrigadas a sair dos limites das operações puramente bancárias e a escrever, por exemplo, sobre a ,aspiração para entrar nos bancos", a propósito dos casos, cada vez mais freqüentes, de funcionários que passam para o serviço destes. "Que se pode dizer da incorruptibilidade do funcionário do Estado cuja secreta aspiração consiste em encontrar uma sinecura na Behrenstrasse?"⁽¹⁷⁾ (rua de Berlim onde se encontra a sede do Banco Alemão). Alfred Lansburgh, diretor da revista Die Bank, escreveu em 1909 um artigo intitulado "A Significação Econômica do Bizantinismo", a propósito, entre outras coisas, da viagem de Guilherme II à Palestina e do "resultado direto dessa viagem, a construção do caminho-de-ferro de Bagdad, essa fatal 'grande obra do espírito empreendedor alemão', que é mais culpada do nosso 'cerco' do que todos os nossos pecados políticos juntos" ⁽¹⁸⁾ (por "cerco" entende-se a política de Eduardo VII, que visava isolar a Alemanha e rodeá-la de uma aliança imperialista anti-alemã). Eschwege, colaborador dessa mesma revista e referido mais acima, escreveu em 1911 um artigo intitulado "A Plutocracia e os Funcionários", no qual denunciava, por exemplo, o caso do funcionário alemão Völker, que era membro da comissão de cartéis e se distinguia pela sua energia, mas pouco tempo depois ocupou um cargo lucrativo no cartel mais importante, o sindicato do aço. Os casos desse gênero, que não são de modo nenhum excepcionais, obrigaram esse mesmo escritor burguês a reconhecer que "a liberdade econômica garantida pela Constituição alemã se converteu, em muitas esferas da vida econômica, numa frase sem sentido" e que, com a dominação a que chegou a plutocracia, "nem a liberdade política mais ampla nos pode salvar de nos convertermos num povo de homens privados de liberdade"⁽¹⁹⁾.

No que se refere à Rússia, limitar-nos-emos a um só exemplo: há alguns anos, todos os jornais deram a notícia de que Davídov, diretor do Departamento de Crédito, abandonava o seu lugar nesse organismo do Estado para entrar ao serviço de um banco importante, com um vencimento que, ao fim de alguns anos, deveria representar, segundo o contrato, uma soma de mais de 1 milhão de rublos. O Departamento de Crédito é uma instituição destinada a "unificar a atividade de todos os estabelecimentos de crédito do Estado" e que fornece subsídios aos bancos da capital no valor de 800 a 1.000 milhões de rublos⁽²⁰⁾.

É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo, separar o rentier, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do

capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentier e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de "poder" financeiro em relação a todos os restantes. O volume deste processo dão-no-lo a conhecer os dados estatísticos das emissões de toda a espécie de valores.

No Boletim do Instituto Internacional de Estatística, A. Neymarck [\(21\)](#) publicou os dados mais pormenorizados, completos e susceptíveis de comparação sobre as emissões em todo o mundo, dados que depois foram reproduzidos muitas vezes parcialmente nas publicações econômicas. Eis os dados correspondentes a quatro decênios:

Total das Emissões (em milhares de milhões de francos em cada 10 anos)		
1871-1880	76,1
1881-1890	64,5
1891-1900	100,4
1901-1910	197,8

Na década de 1870 o total das emissões aparece elevado em todo o mundo, particularmente pelos empréstimos, em relação com a guerra franco-prussiana e com a Gründerzeit que se lhe seguiu na Alemanha. Em geral, o aumento é relativamente lento, durante os três últimos decênios do século XIX, e só no primeiro decênio do século XX atinge grandes proporções, quase duplicando em dez anos. Os começos do século XX constituem pois uma época de viragem, não só do ponto de vista do crescimento dos monopólios (cartéis, sindicatos, trusts), de que já falamos, mas também do ponto de vista do crescimento do capital financeiro.

O total de valores emitidos no mundo era em 1910, segundo os cálculos de Neymarck, de uns 815 mil milhões de francos. Deduzindo aproximativamente as duplicações, o número desce para 575 ou 600 mil milhões. Eis a distribuição por países (com base no número de 600 mil milhões):

Total dos Valores em 1910 (em milhares de milhões de francos)		
Inglaterra	142
Holanda	12,5
Estados Unidos132	479
Bélgica	7,5
França	110
Espanha	7,5
Alemanha	95
Suíça	6,25
Rússia	31
Dinamarca	3,75
Áustria-Hungria	24
Suécia,	Noruega, Itália14
Romênia,	etc.2,5

Japão12
Total	600

Destes dados vê-se imediatamente com que força se destacam os quatro países capitalistas mais ricos, que dispõem aproximadamente de 100 a 150 mil milhões de francos em valores. Desses quatro, dois - Inglaterra e França são os países capitalistas mais velhos e, como veremos, os mais ricos em colônias; os outros dois - os Estados Unidos e a Alemanha - são países capitalistas avançados pela rapidez de desenvolvimento e pelo grau de difusão dos monopólios capitalistas na produção. Os quatro juntos têm 479 mil milhões de francos, isto é, cerca de 80 % do capital financeiro mundial. Quase todo o resto do mundo exerce, de uma forma ou de outra, funções de devedor e tributário desses países, banqueiros internacionais, desses quatro "pilares" do capital financeiro mundial.

Convém determo-nos particularmente no papel que desempenha a exportação de capital na criação da rede internacional de dependências e de relações do capital financeiro.

Notas: Capítulo III

1. Hilferding, O Capital Financeiro, M., 1912, pp. 338-339.[\(retornar ao texto\)](#)
- (2) R. Licfmann, Ob. cit., S. 476. [\(retornar ao texto\)](#)
- (3) Hans Gideon Heymann. Die gemischten Werke im deutschen Grosseisengewerbe, St., 1904, S. 268-269.[\(retornar ao texto\)](#)
- (4) Liefmann, Beteifigungsges. etc., , S. 258 (1.^a ed.).[\(retornar ao texto\)](#)
- (5) Schulze-Gaevernitz, em Grdr. d. S.-Ök, V, 2, S. 110.[\(retornar ao texto\)](#)
- (6) L. Eschwege, "Tochtergesellschaften", Die Bank, 1914, 1, S. 545.[\(retornar ao texto\)](#)
- (7) Kurt Heinig, "Der Weg des Elektrotrusts", Neue Zeit, 1912, 30 Jahrg. 2, S. 484.[\(retornar ao texto\)](#)
- (8) E. Agahd, Grossbanken und Weltmarkt. Die wirtschaftliche und politische Bedeutung der Grossbanken im Weltmarkt unter Berücksichtigung ihres Einflusses auf Russlands Volkswirtschaft und die deutsch-russischen Beziehungen ("Os grandes bancos e o mercado mundial. importância econômica e política dos grandes bancos no mercado mundial e a sua influência na economia nacional da Rússia e nas relações germano-russas". - N. Ed.), Berlin.[\(retornar ao texto\)](#)
- (9) Prodúgol: Sociedade Russa de Comércio do Combustível Mineral da Bacia do Donetz. Foi fundada em 1900. Prodamet; Sociedade para a Venda de Artigos das Fábricas Metalúrgicas Russas. Foi fundada em 1901. - (N. Ed.)[\(retornar ao texto\)](#)
- (10) Lysis, Contre Voligarchie en France, 5.^a ed., P., 1908, pp. 11, 12, 26, 39, 40, 48.[\(retornar ao texto\)](#)
- (11) Die Bank, 1913, n.º 7, S. 630.[\(retornar ao texto\)](#)
- (12) Stillich, Ob. Cit., S. 143; e W. Sombart, Die deutsch Volksteirtschaft im 19. Jabrbundert, 2. Aufl., 1909, S. 526, Anlage 8.[\(retornar ao texto\)](#)
- (13) O Capital Financeiro, p. 172.[\(retornar ao texto\)](#)
- (14) Stillich, ob. cit., S. 138; Liefmann, S. 51.[\(retornar ao texto\)](#)
- (15) Die Bank, 1913, S. 952; L. Eschwege, "Der Sumpf", ibid, 1912, 1, S. 223 e segs. [\(retornar ao texto\)](#)
- (16) "Verkehrstrust", Die Bank, 1914, 1, S. 89.[\(retornar ao texto\)](#)

- (17) "Der Zug zur Bank", Die Bank, 1909, 1, S. 79.[\(retornar ao texto\)](#)
- (18) Ibidem, S. 301.[\(retornar ao texto\)](#)
- (19) Ibid, 1911, S. 825; 1913, 2, S. 962.[\(retornar ao texto\)](#)
- (20) E. Agahd, p. 202.[\(retornar ao texto\)](#)
- (21) Bulletin de l'Institut international de statistique, r, XIX, livr. II, La Haye, 1912. Os dados sobre os Estados pequenos, segunda coluna, foram tomados aproximadamente segundo as normas de 1902 e aumentados cerca de 20 %.[\(retornar ao texto\)](#)